

# Tribuna

## Investidores estrangeiros voltam à B3 em novembro

O fluxo de capital externo no mercado acionário brasileiro inverteu o sinal nos últimos dias e continua ativo

MATEUS APUD DO ESTADÃO

Apesar do elevado saldo negativo de investimento estrangeiro na B3 em 2020, R\$ 50,3 bilhões até quinta-feira (11), o fluxo de capital externo no mercado acionário brasileiro inverteu o sinal nos últimos dias. Até o momento, novembro apresenta superávit\* de mais de R\$ 15,0 bilhões. O Ibovespa tem valorização de 11,46%, aos 104.723 pontos, no mês.

Para efeito de comparação de como o volume está alto, apenas no pregão de segunda (9) a entrada foi de R\$ 4,5 bilhões. O número representa o maior aporte em um único dia em termos nominais (sem correção inflacionária) desde 2007.

Antes de entender por que o fluxo voltou a ser positivo no Brasil, é necessário saber primeiro o que fez o indicador afundar no negativo. Segundo especialistas do mercado consultados pelo E-Investidor, há quatro fatores principais.

São eles: a questão fiscal do País, a crise política constante, a Selic em seu menor patamar histórico (2% ao ano) e, por fim, a pandemia — que aumentou a aversão aos ativos de renda variável em escala global, afetando principalmente os mercados emergentes.

Neste cenário, o risco do Brasil ficou muito elevado e os investidores estrangeiros desfezeram suas posições na bolsa. "Eles saíram da B3 em busca de mercados com

melhor custo-benefício", diz Paloma Brum, economista da Toro Investimentos.

### ELEIÇÃO DE BIDEN E AVANÇO DAS VACINAS

O salto no volume entrando no Brasil começou a mudar no sábado (6), quando o democrata Joe Biden foi eleito o novo presidente dos EUA. O movimento ganhou novo impulso na segunda-feira (9), após a notícia de que a vacina contra a covid-19 da Pfizer apresenta eficácia de mais de 90%.

Houve então uma onda de otimismo no mercado, o apetite ao risco aumentou e os investidores estrangeiros voltaram às bolsas internacionais em busca de boas oportunidades de lucro. Estes fatores aumentaram o flu-

xo de entrada de capital estrangeiro na B3 e em outros países emergentes.

Especificamente no Brasil, o movimento aconteceu devido ao desconto no Ibovespa no ano, 9,44% até a última sexta-feira (13), e a desvalorização do real frente à moeda americana em 2020 (recoo de 35,77%, a R\$ 5,47). "A bolsa está muito barata em dólar, o que a torna extremamente atraente para os estrangeiros", afirma José Francisco Cataldo, head de research da Ágora Investimentos.

### VOLTA DO INVESTIDOR

Mesmo que os investidores estrangeiros tenham voltado em peso este mês, o retorno não deve ser consistente. Isso porque apenas uma parte dos riscos do Bra-

sil foram solucionados. "É fluxo é em busca de ganhos no curto prazo. Ou seja, temporário", diz Brum. Para que a volta seja robusta e duradoura, os especialistas afirmam que o País deve resolver principalmente o problema fiscal. Com o aumento de gastos públicos devido à pandemia, o Ministério da Economia projeta que a dívida da União deva chegar a 96% do PIB ao final de 2020.

Segundo Cataldo, enquanto não for feito algo a respeito para controlar o risco fiscal brasileiro, o risco continuará muito alto. O alto nível de endividamento reduz o potencial de crescimento da economia e, consequentemente da Bolsa. "A volta dos estrangeiros depende de uma leitura

mais clara e positiva das nossas perspectivas", comenta o head da Ágora.

### O que isso significa para a B3?

Responsáveis por mais de 40% das negociações da bolsa brasileira, segundo a B3, os investidores estrangeiros podem fazer com que o mercado retorne aos patamares pré-crise. Porém, como o cenário ainda não é favorável, o fluxo tende a continuar muito negativo.

Brum salienta que o Ibovespa não deve voltar zerar as perdas do ano, como já aconteceu com as bolsas americanas. "Por isso o índice congestionou entre os 93 mil e 105 mil pontos há um tempo", afirma a economista da Toro.

## Novo sistema de pagamento instantâneo já vale

KELLY OLIVEIRA — REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL — BRASÍLIA

Depois da fase de operação restrita, o Pix, sistema de pagamento instantâneo já está em funcionamento desde ontem. Todas as pessoas e empresas com conta corrente, poupança ou conta de pagamento pré-paga em uma das instituições aprovadas pelo Banco Central já podem fazer transferências pelo novo sistema que vai funcionar por 24h todos os dias.

Em outubro, o BC relatou que 762 instituições tinham sido aprovadas para ofertar o Pix, a partir deste mês. Hoje, o BC informou que desse total, 19 instituições que têm participação facultativa no novo sistema, não realizaram todos os testes durante o período de ope-

ração restrita e, portanto, retornaram à etapa de homologação, que ocorrerá a partir de 1º de dezembro de 2020. Assim, essas instituições, deixaram para ofertar o Pix em momento futuro. Além disso, nove cooperativas foram incorporadas por outras instituições.

Hoje, são 734 instituições com o Pix disponível para toda a base de clientes. Confira a lista de instituições participantes no site do BC.

Desde o dia 5 de outubro, pessoas e empresas estão fazendo o cadastro das chaves Pix, para identificar a conta para receber pagamentos e transferências. E a fase restrita de operação ocorreu de 3 a 15 deste mês, com horários específicos para fazer as transações, disponível apenas para alguns clientes seleciona-

dos pelas instituições financeiras.

Segundo o Banco Central, não há limite mínimo para pagamentos ou transferências via Pix. As instituições que ofertam o Pix podem estabelecer limites máximos de valor para reduzir de riscos de fraude, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

Para fazer transferência ou pagamento, bastar ter a chave de quem vai receber o dinheiro, em vez de informações sobre agência, conta e dados pessoais do recebedor.

A chave Pix previamente cadastrada pode ser CPF, CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória (uma sequência alfanumérica gerada aleatoriamente que poderá ser utilizada por usuários que não queiram vincular seus dados pesso-

ais às informações de sua conta). O recebedor também pode gerar QR Codes.

O Pix deve ser gratuito para pessoas físicas nas operações de transferência e de compra. As exceções serão o recebimento de vendas de produtos e de serviços, que poderão ser tarifadas pelas instituições financeiras.

Também pode haver cobrança se os clientes (pessoas físicas e jurídicas) que, podendo fazer a transação por meio eletrônico (site ou aplicativo), preferir fazê-la presencialmente ou por telefone. Nesse caso, as instituições poderão cobrar tarifas.

Em relação às pessoas jurídicas, as instituições financeiras poderão cobrar tarifa tanto no envio como no recebimento de dinheiro por meio do Pix.



# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

**TECNOLOGIA** Novo sistema entrou em vigor ontem e já promete novidades voltadas para pequenos negócios no primeiro semestre do próximo ano

## Pix vai permitir pagamentos com troco e programados

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

O Pix, sistema que pagamentos instantâneos, terá novas funcionalidades no futuro, como pagamentos programados e troco em dinheiro. A afirmação é do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, que lançou ontem a operação plena do Pix, que até domingo estava em fase de testes.

Segundo Campos Neto, o sistema permitirá o chamado cashback (em inglês, dinheiro de volta). Ou seja, o consumidor poderá pagar uma compra em uma loja com Pix e receber o troco em dinheiro.

No evento virtual de lançamento do Pix, Campos Neto destacou que o novo sistema é democrático por levar a tecnologia a todos os lugares e reduz os custos das operações. "O Pix é rápido, barato, seguro, transparente e aberto", disse.

Por reduzir os custos, como, por exemplo, com transporte de dinheiro, o presidente do BC disse que o novo sistema viabiliza pequenos negócios.

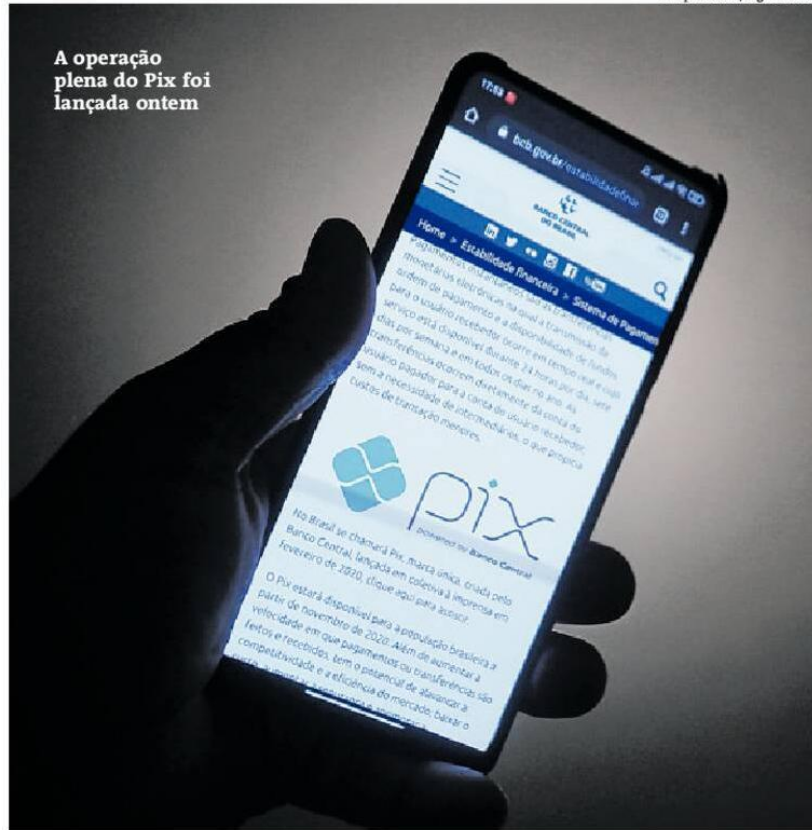
Além disso, ressaltou que o sistema é seguro. "O dinheiro passa a ser rastreado, reduz várias práticas de crime como lavagem de dinheiro", afirmou.

Em entrevista coletiva virtual, o diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do BC, João Manoel Pinho de Mello, disse que o pagamento com troco e o programado estarão disponíveis no primeiro semestre de 2021. Também será lançado o "Pix Garantido", que vai funcionar como o parcelamento no cartão de crédito.

"O Pix Garantido será irrevogável, um produto de crédito, assim como se faz com o cartão de crédito. No cartão, as compras parceladas são garantidas pelo banco emissor do cartão de crédito", disse o diretor.

### 100% operacional

O diretor de Política Monetária, Bruno Serra Fernan-



A operação plena do Pix foi lançada ontem

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

des, negou que tenha ocorrido instabilidade ontem com o novo sistema em pleno funcionamento.

"Hoje (ontem), o sistema está 100% operacional. Há uma percentual pequeno de rejeição [de transferências], assim como acontece com TED e DOC", afirmou. A rejeição pode ocorrer por erros nos dados ao tentar fazer o

### TESOURO POSSIBILITA PAGAMENTO COM PIX

Desde ontem, o PagTesouro, plataforma de pagamento digital do Tesouro Nacional, passará a disponibilizar o Pix como forma de pagamento das taxas, contribuições e demais serviços públicos

pagamento.

De acordo com o Banco Central, há 72 milhões de chaves cadastradas no Pix, mas é possível fazer transferência sem o cadastramento. Entretanto, o cliente terá que digitar todos os dados, como nome completo, CPF (cadastro de pessoa física), número de conta e banco para fazer a transferência ou o pagamento pelo Pix. "A chave facilita", disse Mello.

Campos Neto negou que o Pix possa ser usado pelo governo para implementar tributo sobre transações digitais. "A criação do Pix não tem nada a ver com nenhuma intenção de cobrar imposto, mesmo porque a estimativa é que o Pix vai chegar a 20%, 25% dos pagamentos. Se alguém quiser cobrar imposto, será sobre mais de 25%. Não é o Pix que

vai fazer o imposto existir ou não. A ideia do Pix é facilitar vida das pessoas", explicou o presidente do BC.

### WhatsApp e Google

O presidente do BC afirmou ainda que o WhatsApp, aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz do Facebook, participará do mercado de pagamentos do Brasil "em breve". Ele acrescentou que tem mantido conversas também com o Google.

Segundo Campos Neto, o WhatsApp vai oferecer inicialmente transferências de valores entre pessoas, o que é chamado de P2P (peer to peer, em inglês).

Observou que queria "deixar claro" que o BC estimula "todo e qualquer sistema de pagamentos que seja competitivo hoje e que será competitivo no futuro".



## 27 anos de pioneirismo e sucesso



PRISCILA WIEDERKEHR  
CEO da Vitalmed

A história é feita com pessoas, determinação e muita coragem para transformar sonhos e projetos em realidade.

No ano de 1993, uma iniciativa pioneira surgiu na Bahia, a criação do serviço de atendimento pré-hospitalar (APH) em emergências e urgências médicas, primeiro do gênero na região Nordeste e um dos pioneiros em APH no Brasil. Esta iniciativa deu início à trajetória do Grupo Vitalmed. Completamos neste ano 27 anos de atuação no mercado, como um dos maiores grupos empresariais na área de saúde da Bahia, construído com muito trabalho e dedicação de profissionais comprometidos com a missão de salvar vidas.

Ao longo desses anos, a empresa cresceu e expandiu suas atividades. O Grupo Vitalmed passou a oferecer serviços em domicílio por meio do VitalCare (serviço de home care) com o objetivo de dar assistência, conforto e qualidade de vida aos pacientes. O grupo oferece ainda o serviço de resgate em rodovias; presta assistência médica com estruturas dedicadas em complexos hoteleiros, resorts e oferece proteção a eventos de diversas naturezas, além de oferecer ao mercado o Plano de Saúde Ambulatorial Boa Saúde, com o diferencial de atendimento personalizado, humanizado e com acolhimento.

Tendo no seu DNA o pioneirismo como uma das suas principais características, o grupo disponibiliza desde o ano 2000 o serviço Vitalfone, uma linha direta com médicos 24 horas para esclarecer dúvidas e prestar orientações aos associados, dentre outros procedimentos. Este serviço se mostrou ainda mais útil durante a pandemia e contribuiu para evitar aglomerações nas unidades de saúde, servindo ainda como um canal para sanar dúvidas sobre a Covid-19 e tranquilizar as pessoas.

Atualmente, a nossa equipe de profissionais é composta por mais de 1.200 pessoas, dedicadas a salvar vidas diariamente. Na Bahia, são realizados mais de 8.500 atendimentos mensais em unidades móveis e, nesta pandemia, com o aumento da demanda por atendimento, o Grupo Vitalmed agregou mais profissionais, reforçou o número de unidades e equipamentos. As Centrais Operacionais e de Relacionamento foram ampliadas e modernizadas para atender com mais agilidade, comodidade e eficiência. Aportamos mais tecnologia aos processos para oferecer as opções de telemedicina aos nossos associados.

O grupo está presente também em outros estados, além da Bahia, e continua expandindo sua atuação com foco na padronização e qualidade dos serviços oferecidos ao mercado. Passamos a operar em São Luís, no Maranhão, iniciando também as operações de home care em Pernambuco e Ceará.

Estamos preparados para qualquer mudança e estaremos sempre em evolução, com foco na nossa maior missão: salvar vidas!

### RESTAURANTES

## Grupo Sal e Brasa abre nova rede

DA REDAÇÃO

Maior rede de churrasarias e restaurantes de grelhados fast-food da região Nordeste, o Grupo Sal e Brasa vai inaugurar, em Salvador, uma nova rede de restaurantes. A primeira unidade do Salsero tem abertura ao público programada para até o final de novembro.

O novo investimento da Holding, responsável, hoje, por nove churrasarias rodízio, 47 operações com unidades próprias e franquias de fast-food no Brasil e dois restaurantes Racho do Cupim, demandou um aporte da ordem de mais de meio milhão de reais, vaierarem torno de 30 empregos diretos e amplia as oportunidades de trabalho para outros setores (fornecedores de diversos segmentos e profissionais de delivery).

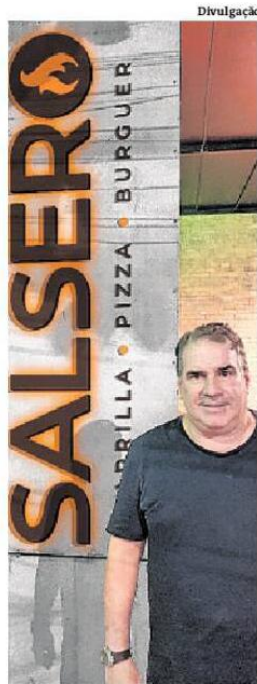
O Salsero traz em seu DNA toda a robustez e qualidade do serviço prestado há 27 anos pelo Grupo Sal e Brasa,

porém com uma cara nova, uma identidade própria e um mix de produtos que inclui carnes especiais grelhadas em parrilla, burgers artesanais com blend próprio e pizzas.

### Desafios e adequação

Na contramão da crise, o grupo aposta mais uma vez no potencial da capital baiana, onde está presente há 20 anos com as marcas Sal e Brasa Churrascaria, Sal e Brasa Grill Express e Rancho do Cupim, com perspectiva de ter a segunda unidade do Salsero até o segundo semestre de 2021, além da abertura de franquias desta nova marca a partir de 2022.

"Os últimos meses foram de grandes desafios para o setor de bares e restaurantes em todo o mundo. Tivemos que nos adequar, criar novas oportunidades. Na maioria das nossas churrasarias implantamos os serviços de delivery, dri-



Ribeiro: ideia da nova marca nasceu em junho

ve-thru e take-away, com ampla aceitação. Tanto que demandou, inclusive, a instalação de uma cozinha especialmente para atender esse público na churrasaria de Salvador. E, em junho, tivemos a ideia e criar uma nova marca, oferecendo uma nova experiência a nossos clientes, sem abrir mão daquilo que temos como nosso DNA, um cardápio especial com carnes nobres, excelente atendimento e custo-benefício na ponta", revela Fernando Ribeiro, sócio-diretor da SB Franquias e diretor do Grupo Sal e Brasa, unidades de negócios da Holding SB.

O novo restaurante de Salvador vai funcionar na Rua Alexandre Herculano, nº 29 (antigo restaurante Ercolano), Itaipura, aberto de segunda a domingo para o almoço e jantar (previsão a partir de 19/11), atendendo, rigorosamente, a todos os protocolos de segurança da prefeitura municipal.



Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 16/11/2020	



## ***Pix vai viabilizar pequenos negócios, diz presidente do BC***

economia

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que o Pix, novo sistema de pagamentos instantâneos, poderá viabilizar pequenos negócios.

“O Pix dá amplo acesso a todos. Existem pequenos negócios que não eram viáveis porque as transferências são muito caras, então gera viabilidade”, disse.

Segundo o presidente do BC, a ferramenta também poderá gerar inclusão financeira. “Precisamos lembrar que há cidades que não têm ATM [caixa eletrônico] e agência, a pessoa que tem uma lojinha e precisa ir à outra cidade depositar o dinheiro”, pontuou.

As declarações foram feitas durante cerimônia de lançamento oficial do sistema de pagamentos instantâneos.

Depois de duas semanas de fase restrita, funcionando em horários específicos e com quantidade limitada de usuários, o Pix fica disponível nesta segunda-feira (16) para todos os clientes das instituições financeiras cadastradas.

Segundo o BC, 19 instituições foram desclassificadas durante essa fase e terão que fazer novamente o processo de autorização caso queiram entrar no sistema.

O cadastro para homologação reabre em 1º de dezembro para os bancos que ainda não aderiram ao Pix. Com isso, 734 instituições podem oferecer o serviço.

“Dezenove instituições, de participação facultativa, não realizaram todos os testes durante o período de operação restrita e, portanto, retornaram à etapa de homologação a partir de 1º de dezembro de 2020, deixando para ofertar o Pix em momento futuro”, explicou o BC em nota.

Durante a cerimônia, Campos Neto também afirmou que o Pix pode gerar verticalização no comércio e reduzir intermediários entre compradores e vendedores.

“Foi iniciado um processo de verticalização de vendas, é um processo que vai mudar muito o mercado financeiro. Você vai passar a ter texto, mensageria, o conteúdo e o pagamento numa cadeia integrada. Quanto melhor for a experiência do usuário, mais integrado e disponível vai ser”, disse.

A verticalização é um conceito empresarial em que uma companhia concentra todos os processos para a produção de um produto.

“Vamos passar a registrar ativos em ambiente eletrônico, no processo que chamamos de tokenização, isso faz com que o acesso seja mais fácil e elimina intermediário em vários processos de venda”, destacou.

Na cerimônia, o presidente do BC fez uma doação com Pix à Associação dos Amigos do Museu de Valores da autoridade monetária. O valor, porém, não foi informado. **Folha**

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

A maior derrota do presidente Jair Bolsonaro é no campo das ideias. Ele defendeu o descuido com a vida, o eleitor premiou quem a defendeu. Ele quis extremismo, o eleitor, moderação. Ele ofende minorias, e as urnas elevaram a diversidade das câmaras de vereadores. Ele administra de forma errática, o eleitor quis boa gestão. Ele ameaça a democracia, o eleitor a defendeu. Sua derrota tem várias dimensões. A mais importante está ligada à pandemia. O "e daí?" pra vida dos brasileiros levou uma surra nas urnas.

Saiu perdedora a ideia de que sem estrutura partidária, com apenas os filhos e a milícia digital, ele poderia decidir o voto dos brasileiros. O principal recado do eleitor foi o de que confia na democracia e no sistema eleitoral, alvos contra os quais dispara constantemente. Ontem, voltou a atacar, logo cedo, depois de uma confessada noite mal dormida.

É natural que perdedores apresentem versões para atenuar as dimensões da derrota. E foi isso que fizeram ontem o presidente e seu vice, Hamilton Mourão. Bolsonaro disse que ganhou a direita conservadora e que a esquerda perdeu. Mourão disse que "sem uma estrutura partidária fica difícil", e que ele

"não entrou de cabeça".

Há vários erros nessa reação. Quem implodiu a própria estrutura partidária foi Bolsonaro. E por quê? Porque ele sempre desprezou os partidos, esteve em 10, levou o PSL a ter a segunda maior bancada e o maior fundo eleitoral. Esse capital eleitoral foi destruído pelo presidente e seus seguidores. Em dois anos, o PSL virou um nada. Repete o PRN de Collor, de existência curta. Com o Aliança, ele colheu a maior derrota da história da criação de partidos. A visão falsa dos fatos é a forma de Bolsonaro negar aos seus seguidores que ele seja um derrotado, que de fato é. O segundo turno de São Paulo, entre o PSDB e o PSOL, é apenas o exemplo mais visível disso.

Houve um aumento da repre-

sentatividade de negros, mulheres, pessoas trans, grupos que ele ofende de forma jocosa. Desses grupos, Bolsonaro tira tudo. Internamente, nega-lhes o apoio de políticas públicas, externamente tira-lhes a voz com uma diplomacia estreita e alinhada aos países mais preconceituosos e fundamentalistas. Nesse aspecto, é dupla a sua derrota. Primeiro, os grupos que quer apagar da política ganharam mais espaço nas câmaras de vereadores. Segundo, esse aumento de representação amplia a democracia, que ele tentado minar. A democracia se fortalece quando é capaz de ter pessoas de todos os grupos da sociedade dentro dos espaços de decisão. São mais valiosos

ainda nesse processo os que entendem a importância de combater às velhas discriminações. Pessoas negras que neguem o fosso racial histórico — visível, inegável — acabam tendo um efeito bumerangue. A mesma coisa ocorre no caso de mulheres que defendem a submissão aos homens. Consolidam o que se deve combater.

O presidente amanheceu admitindo não estar bem. É compreensível. Mas, mesmo indormido, permanece incansável no ataque à democracia. Ontem, voltou a dizer que o sistema brasileiro de apuração de votos, através da urna eletrônica, não é confiável. "Se nós não tivermos uma forma confiável de apurar as eleições, a dúvida vai perma-

necer", disse ele disseminando mais uma vez a dúvida sobre o sistema brasileiro. Desacreditar a apuração é o método — aqui e nos Estados Unidos — de conspirar contra a própria democracia. O que houve foi que o sistema brasileiro foi atacado mas não foi atingido. Bolsonaro prometeu apresentar provas de que houve fraude na eleição que ele venceu em 2018. Nunca as apresentou.

Há muitas contas provando que ele é o derrotado nas eleições. Em São Paulo, o fiasco foi imenso. Na maior cidade do Brasil os dois candidatos confirmaram na primeira fala após o resultado que são contra as suas ideias. Bruno Covas (PSDB) deixou isso claro quando falou em "tolerância, valores democráticos e respeito à diversidade religiosa". Seu adversário, Guilherme Boulos (PSOL), disse que era uma vitória contra Bolsonaro. Os balanços não deixam dúvidas de quem é o derrotado nesta eleição. Mas o mais importante não é um governo de estado a mais ou a menos, mas a ampla consagração das ideias de moderação, diversidade, boa gestão e proteção da vida ameaçada pela pior pandemia em um século, cuja gravidade ele ignora.

\*COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)



## Expectativa do setor é de aumento do turismo nacional

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Luciano Lopes, informou que a ocupação dos hotéis nessa época do ano chegava a 76%, número bem acima da taxa média 40% registrada agora.

“A melhora no setor está associada à redução da contaminação e à vacina. Enquanto não tiver um a vacina, essa insegurança perdura”, explica.

Mesmo assim, Luciano afirma que, apesar da ausência da vacina diminuir o turismo internacional, os clientes regionais e nacionais podem ser um alvo importante para o crescimento do setor ainda na pandemia, já que as viagens regionais e nacionais têm sido mais frequentes.

“Uma vez que o turismo internacional praticamente desapareceu, a ideia, então, é trabalhar o mercado local para que a ocupação dos hotéis aumente”, aconselha.

O secretário de Turismo da Bahia, Fausto Franco, segue o mesmo discurso de Luciano ao falar do que precisa ser foco para diminuição dos danos no setor hoteleiro. Para ele, os turistas nacionais e regionais são a esperança para um Verão com mais faturamento.

“Com essa situação em que pandemia nos levou, tanto o turismo nacional, como o regional serão importantes para a ocupação dos hotéis”, diz Franco, que declara que isso não é uma surpresa. Segundo ele, 40% do fluxo turístico do estado já era composto por baianos.

A presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), Ângela Carvalho, é ainda mais positiva ao confirmar a possibilidade de melhora. Ela lembra que o período de maior dificuldade, quando a malha aérea estava restrita, já é passado e que a perspectiva, daqui para frente, é de melhora.

“A conectividade com as outras cidades estava ruim, isso que impedia a vinda de turistas. Mas agora nós já estamos com vãos para toda a região Nordeste e para as principais capitais do país. Com essa melhoria da malha aérea, também melhorou bastante a vinda do turista para Salvador e para a Bahia como um todo. A tendência da ocupação de hotéis é aumentar. Estamos caminhando, passo a passo, mas está melhorando com certeza”, garante a presidente da Abav.



Wish Hotel decidiu só reabrir ontem, já pensando em aproveitar a alta temporada e com receio de amargar o prejuízo que outros hotéis têm tido

## Em busca do equilíbrio financeiro

### Turismo Hotéis miram ocupação no Verão para diminuir prejuízo da pandemia

Wendel de Novais\* e Luana Lisboa\*

REPORTAGEM  
redacao@correio24horas.com.br

Três meses após liberação do funcionamento de hotéis em Salvador, o Wish Hotel da Bahia reabriu para a hospedagem ontem. Uma volta que foi estrategicamente pensada pelos gestores do local, que estudaram o funcionamento do setor hoteleiro e avaliaram o fluxo turístico da capital baiana durante os últimos meses para decidir qual seria o melhor momento para reabrir. O meio de novembro foi escolhido por se tratar do mês que antecede o Verão, época em que os hotéis soteropolitanos são tradicionalmente mais procurados.

Apesar da hora mais oportuna, o retorno do Wish acontece em um momento que ainda é de recuperação para o ramo. Os hotéis da capital baiana, que voltaram a abrir as portas assim que foram autorizados pela prefeitura, amargaram prejuízos causados pelo desequilíbrio entre os custos para funcionamento e a baixa taxa de ocupação dos quartos. Segundo documento divulgado pela Federação Baiana de Turismo e Hospitalidade da Bahia (Fetur-Ba), a taxa média atual de ocupação dos hotéis abertos de Salvador está em 40,12%, bem abaixo do ponto de equilíbrio de funcionamento dos hotéis, em que a ocupação fica entre 50 e 60%.

**40%**  
É, aproximadamente, a taxa média atual de ocupação dos hotéis abertos de Salvador

**80%**  
É a expectativa de ocupação, por parte do setor hoteleiro, no Verão, quando, tradicionalmente, os hotéis da capital ficam bem cheios

No primeiro dia de funcionamento do Wish, dos 288 quartos do hotel, 144 estavam ocupados. “A gente já abre as portas com 50%, o que nos deixa com a expectativa de um retorno promissor. Em dezembro, esperamos que a taxa de ocupação chegue em 80%, o que é um fluxo de hospedagem interessante considerando que ainda estamos em pandemia e não há uma vacina”, diz Natália Dalla, gerente geral do hotel.

O hotel precisou fazer alterações na logística para voltar a funcionar. Reduziu o número de funcionários e criou um app para que os hóspedes não precisem se dirigir várias vezes à recepção, podendo até reservar o horário das refeições, evitando aglomerações. Além, é claro, dos avisos sobre necessidade e de uso de máscara e de respeito ao distanciamento e de adquirir álcool em gel. As adaptações tiveram um custo maior para manutenção do espaço, o que fez com que as suites júnior, executiva e presidencial do local tivessem o aumento de cerca de 10% a 15%.

#### EXCEÇÃO

A taxa de ocupação do Wish está longe de ser a realidade de outros tantos hotéis soteropolitanos. Para muitos, a média de 50% de ocupação nos dias de funcionamento ainda não apareceu desde o retorno. É o caso do Grande Hotel da Barra que, de acordo com Manoel Barra, diretor do hotel, até tem uma procura que causa esperança no final de semana, mas vê a média de clientes despencar durante a semana.

Para Barra, a pandemia ainda tem grande impacto na procura por quartos e isso não deve acabar tão cedo. “A movimentação está mais evidente nos finais de semana. Na semana, sentimos uma queda acentuada na ocupa-

ção. A pandemia atrapalha. Até a imunização através da vacina, teremos fluxos irregulares como o atual”, conta.

A situação do Grande Hotel da Barra é bem parecida com a do Gran Hotel Stella Maris. Isso é o que garante Viviane Pessoa, a diretora de marketing e vendas do local, que, com a pandemia, perdeu dois perfis de clientes fundamentais para a ocupação: os que vinham para eventos realizados no hotel e os que chegavam à cidade para tratar de negócios, no ramo corporativo.

“No caso desses dois, se não zerou a procura, ela diminuiu cerca de 95%, o que foi um baque muito grande para o hotel, que ainda se recupera. Hoje, sofremos com uma taxa de ocupação média de 45%, bem abaixo do necessário para obter faturamento”, conta Viviane.

É por conta das situações de hotéis como os citados acima que outros decidiram esperar as chaves de abrir para funcionamento já no momento em que estavam autorizados. Foi o caso do Wish e do Fera Palace, que só pretende reabrir em dezembro, já na alta temporada, quando a possibilidade de uma ocupação que evite prejuízos é maior.

No entanto, alguns dos hotéis que se mantiveram de portas fechadas até agora já mais abrirão novamente. “A perspectiva não é boa. A gente calcula que 5% a 10% dos hotéis do estado vão fechar em definitivo por conta dos prejuízos na pandemia. Entre os que voltarão a abrir, 95% dos hotéis estarão em funcionamento até o fim do ano, mas a maior parte deles está com prejuízos. Só voltaremos a crescer em faturamento no final de 2021”, conta Sílvia Pessoa, presidente da Fetur-Ba.

\*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO



Veículo: Metro1	Economia
Data: 17/11/2020	



## Economia

# Brasil tem 'risco elevado' de romper teto de gastos em 2021, diz IFI

Segundo o Relatório de Acompanhamento Fiscal de novembro, produzido por órgão ligado ao Senado, a economia terá uma retomada “lenta”

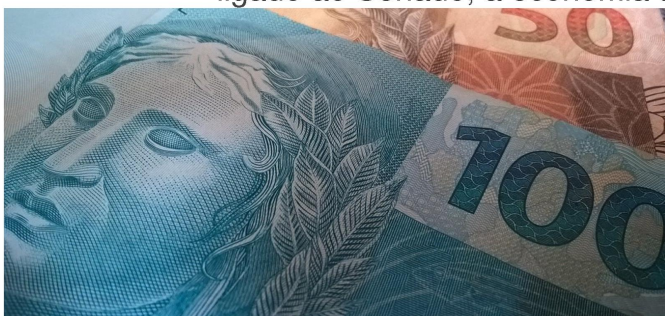


Foto: Pixabay

Por **Luciana Freire** no dia 16 de Novembro de 2020 · 22:00

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, divulgou hoje (16) as projeções do Relatório de Acompanhamento Fiscal de novembro, em que prevê uma retomada “lenta” da economia e um “risco elevado” de rompimento do teto de gastos em 2021.

“A recuperação [econômica] vai ser muito lenta. É um processo diferente do que aconteceu na crise de 2008-2009, em que a recuperação em ‘V’ aconteceu de forma mais clara”, afirmou o diretor-executivo do órgão, Felipe Salto.

“Risco de descumprimento do teto em 2021 continua elevado, mas cenário melhorou em relação à avaliação de junho. Neste novo cenário, para cumprir o teto de gastos em 2021, as despesas discricionárias do Executivo deverão ir a R\$ 112,7 bilhões ou 1,5% do PIB, patamar historicamente baixo para esse conjunto de gastos”, diz trecho do relatório divulgado.



Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 17/11/2020	



## ***Parlamentares apoiam reforma tributária, mas os que veem chance de aprová-la são menos numerosos***

brasil

Levantamento feito pelo Instituto FSB com 170 parlamentares antes do primeiro turno da eleição municipal indica que há amplo consenso em favor da reforma tributária –71% afirmaram que ela deveria ser prioridade para aprovação ainda neste ano na Câmara.

Um percentual bem menor (58%) disse crer na aprovação da reforma nos próximos seis meses. A pesquisa foi feita em 5 e 6 de novembro. Líderes de partidos de centro avaliam, no mesmo sentido, que o tempo é curto até o Natal e afirmam ver poucas chances de se votar temas que demandem extenso debate neste período.

Painel/Folha de S.Paulo



Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 16/11/2020	



vembro de 2020 | 17:58

## ***Prorrogar auxílios pode contrair economia, diz Campos Neto***

economia

Uma eventual prorrogação dos auxílios criados durante a pandemia de covid-19 pode ter o efeito contrário sobre a economia e resultar em contração e fuga de investimentos, disse hoje (16) o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Segundo ele, o lançamento de um programa que aumente os gastos públicos pode inibir, em vez de favorecer o crescimento.

“Passamos de um ponto de inflexão. Estender mais os auxílios agora pode significar menos [efeitos positivos]. Foi o teto de gastos que nos permitiu gastar mais na pandemia. Assim que se começou a questionar o teto, o mercado reagiu imediatamente nos preços dos ativos”, disse Campos Neto na 3ª Conferência Anual da América Latina, organizada pela Chatham House e pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

Para o presidente do BC, o risco fiscal vindo das pressões para furar o teto federal de gastos não apenas está provocando instabilidade no mercado financeiro como está atrapalhando os investimentos privados. Ele classificou o problema como uma das principais preocupações atuais do órgão.

Na avaliação de Campos Neto, o país não tem escolha a não ser retomar a disciplina fiscal e reverter os déficits nas contas públicas em 2021. Segundo ele, a recomposição da renda das famílias, por meio do auxílio emergencial, gerou uma poupança na economia que deve começar a ser queimada no próximo ano.

“Não acho que tenhamos opção. O déficit fiscal tem de ser revertido a partir do próximo ano. Para atrair investimento privado, é preciso termos essa credibilidade. Só assim poderemos ter crescimento sustentável no longo prazo”, concluiu o presidente do BC. Ele acrescentou que o Brasil gastou bastante dinheiro para enfrentar a crise gerada pela pandemia do novo coronavírus, com gastos acima da média de outros países emergentes, e lembrou que o país encerrará o ano mais endividado que economias semelhantes.

Agência Brasil



Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 16/11/2020	



## ***Mercado financeiro eleva previsão de inflação para 3,25% e vê tombo menor do PIB em 2020, de 4,66%***

economia

Os economistas do mercado financeiro elevaram sua estimativa de inflação para 2020, pela décima quarta semana seguida, e também passaram a estimar uma queda menor do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

As projeções fazem parte do boletim de mercado conhecido como relatório Focus, divulgado nesta segunda-feira, 16, pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do País, a expectativa do mercado para este ano passou de 3,20% para 3,25%. Há um mês, estava em 2,65%.

No decorrer do ano, com a pandemia do novo coronavírus e a recessão na economia brasileira, o mercado baixou a estimativa de inflação. Nos últimos meses, porém, com a alta do dólar e com a retomada da economia, os preços voltaram a subir.

Em setembro, a inflação oficial avançou 0,64%, a maior alta para o mês desde 2003. Em outubro, subiu para 0,86%, a maior desde 2002.

Apesar da alta, a expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e acima do piso do sistema de metas, que é de 2,5% em 2020.

Pela regra vigente, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% sem que a meta seja formalmente descumprida. Quando a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Para 2021, o mercado financeiro subiu de 3,17% para 3,22% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

Sobre o comportamento da economia brasileira em 2020, os economistas do mercado financeiro baixaram sua estimativa de tombo do PIB de 4,80% para 4,66%. Há quatro semanas, a estimativa era de baixa de 5%. Para 2021, o mercado manteve em 3,31% a estimativa de expansão do PIB.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à pandemia, que tem derrubado a economia mundial e colocado o mundo no caminho de uma recessão. Nos últimos meses, porém, indicadores têm mostrado uma retomada da economia brasileira.

Após a manutenção da taxa básica de juros em 2% ao ano no fim de outubro, o mercado segue prevendo estabilidade na Selic neste patamar até o fim deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa do mercado ficou estável em 2,75% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos juros no ano que vem.

Estadão



Veículo: Bahia Econômica	
Data: 16/11/2020	



**Bahia Econômica**  
ARMANDO AVENA

## MERCADO CALCULA MELHORA DA ECONOMIA E MAIOR INFLAÇÃO



16 Novembro, 2020

O mercado voltou a melhorar a perspectiva para a economia brasileira em 2020, mas também elevou a estimativa para a inflação neste ano e no próximo, de acordo com a pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (16).

Segundo a Reuters, a projeção agora é de que o Produto Interno Bruto (PIB) encolha 4,66% em 2020, de uma expectativa anterior de retração de 4,80%, na segunda semana seguida de melhora. Para 2021, o cenário continua de crescimento de 3,31%.

O levantamento semanal apontou que a expectativa para a alta da inflação pelo IPCA este ano aumentou em 0,05 ponto percentual, a 3,25%, na 14ª semana de aumento da projeção. Para 2021, a inflação é calculada agora em 3,22%, de 3,17% antes, quarto aumento seguido.

Foto: Foto: Marcello Casal Jr



Veículo: bahia.ba	Política
Data: 17/11/2020	



## POLÍTICA

Publicado em 17/11/2020 às 06h09.

### **Apesar de apoiarem reforma tributária, poucos são os parlamentares que veem chance de aprovação**

*Levantamento mostra que 71% querem que pauta seja prioridade na Câmara, mas número entre os que acreditam na aprovação é inferior a 60%*



Foto: Michel Jesus/ Câmara dos Deputados

Apesar de muitos parlamentares declararem apoio à reforma tributária, poucos são os que acreditam na possibilidade de aprovação.

É o que indica um levantamento feito pelo Instituto FSB, que ouviu 170 parlamentares entre os dias 5 e 6 de novembro, ou seja, antes do primeiro turno das eleições municipais no domingo (15).

No total, 71% afirma que a reforma deveria ser prioridade na Câmara ainda este ano. Contudo, um número bem menor, 58%, acreditam na aprovação nos próximos seis meses.

Líderes de partidos de centro avaliam, no mesmo sentido, que o tempo é curto até o Natal e afirmam ver poucas chances de se votar temas que demandem extenso debate neste período. Com informações da coluna Painel, da Folha de S.Paulo.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 17/11/2020	Caderno: Economia



## Ala do governo quer incluir corte de gastos em projeto de socorro a Estados

*Alternativa não é consenso e quem é contra teme que manobra resulte em esvaziamento da urgência da PEC emergencial; projeto já está em tramitação na Câmara*

**Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo**

17 de novembro de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - A 45 dias do fim do ano e ainda sem uma ferramenta para potencializar o ajuste nas despesas, uma ala do governo quer incluir parte dos gatilhos de contenção de gastos previstos na **PEC emergencial** num projeto de lei que trata da renegociação de dívidas de Estados e amplia a possibilidade de crédito com aval de **Tesouro Nacional**.

A ideia é que o projeto, já em tramitação na **Câmara**, inclua os gatilhos previstos na emenda constitucional do teto de gastos – mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação – até hoje não acionados porque, no entendimento de técnicos, falta uma regulamentação adequada.



Pedro Paulo, deputado federal do Rio de Janeiro pelo DEM Foto: Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados

Por ser um projeto de lei complementar, a proposta poderia ser aprovada com o apoio de 257 deputados e 41 senadores em um turno de votação, trâmite mais simples que o de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que requer 308 deputados e 49 senadores em dois turnos de votação.



A proposta, porém, não é consenso dentro do próprio governo. Os defensores dessa alternativa argumentam que seria uma oportunidade de sinalizar compromisso com o ajuste diante da cobrança dos investidores do mercado financeiro e da piora de percepção de risco fiscal em relação ao **País**.

Quem é contra, por sua vez, teme que a manobra atrapalhe outros projetos e resulte num esvaziamento da urgência da PEC emergencial, que é mais ampla e mais potente, já que carrega consigo gatilhos que só uma mudança constitucional é capaz de implementar, como a redução de jornada e salário de servidores. Integrantes dessa ala contrária lembram o que aconteceu com a PEC que pretendia dar mais liberdade de uso de recursos parados em fundos públicos, que perdeu apelo após apresentação de um projeto de lei com conteúdo semelhante pelo deputado **Mauro Benevides (PDT-CE)**.

### **Janelas**

Alguns técnicos da área econômica tentam contornar essa resistência com o argumento de que a PEC emergencial não será abandonada, uma vez que a inclusão dos gatilhos representaria apenas “uma alternativa”. A ideia seria abrir o máximo de janelas possíveis para que a política decida qual usar primeiro. Apenas uma parcela reconhece de fato que, por trás do movimento, está a leitura de que é pouco provável que a PEC emergencial avance em 2020.

A proposta enfrenta resistências do autor do projeto, o deputado **Pedro Paulo (DEM-RJ)**. Na sua avaliação, misturar o tema dos gatilhos com o projeto dos Estados gera ruído desnecessário numa proposta que já está negociada com parlamentares, **Ministério da Economia** e governadores. O relator é o deputado Mauro Benevides – o mesmo autor da proposta dos fundos. “Nem eu e nem Mauro Benevides concordamos com isso”, disse Pedro Paulo.

O democrata, porém, não descarta a apresentação de uma emenda pelas lideranças do governo na Câmara. Para o autor da proposta, os gatilhos exigem aprovação de mudança na Constituição. A maior parte deles diz respeito justamente a medidas que atingem os servidores públicos, como a redução de jornada e de salário. Ele inclusive pediu um parecer técnico sobre o assunto à consultoria legislativa, e o documento corrobora esse entendimento.

“A imposição de medidas de ajuste para contenção de despesas obrigatórias é matéria a ser tratada na própria Constituição, sendo passível de questionamentos sobre a constitucionalidade da imposição de limites à despesa obrigatória da União ou de outros entes federativos mediante lei ordinária ou complementar”, diz o parecer obtido pelo **Estadão/Broadcast**.

“No mérito, eu sou contra, isso é um mecanismo para Constituição e não lei complementar”, ressalta Pedro Paulo. Ele lembrou que foi decisão do governo apresentar os gatilhos em PECs do **Senado**. “Não me parece que é algo que está sendo conversado com o presidente **Bolsonaro**. Daqui a pouco, ele vai dar um puxão de orelha”, disse.



## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PUBLISHER** Luiz Frias  
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIRETORIA-EXECUTIVA** Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Conversa fiada

Ataque de Bolsonaro a urna eletrônica é cortina de fumaça que mal esconde seus temores de derrota

Eleições em ambientes democráticos competitivos, como é o caso brasileiro, ganham-se e perdem-se. O manual de boas condutas políticas prescreve aos derrotados que reconheçam o desempenho do vencedor e sigam em frente, por que logo as urnas lhes propiciariam oportunidades de recuperação.

As correntes autoritárias e populistas que despontaram nos últimos anos rasgaram essa cartilha. Quando a derrota se insinua, ou se consuma, reagem com tentativas de desacreditar as instituições e as autoridades eleitorais com acusações infundadas sobre fraudes e conspirações fabulosas.

O mestre Donald Trump — que como criança mimada espelha-se contra uma derrota incontestável nos EUA — mostra o caminho, e seu discípulo o imita aqui no Brasil.

Ao presidente Jair Bolsonaro decreto não convém debater os resultados das eleições municipais deste domingo (15), que lhe foram desfavoráveis. Então tenta mudar de assunto voltando a questionar, sem apresentar nenhuma evidência, o modelo da urna eletrônica.

O mandatário aproveitou-se da lamentável falha do Tribunal Superior Eleitoral, que atrasou a divulgação dos resultados do pleito, para pregar o retorno ao voto impresso como forma de supostamente garantir a lisura do processo. Um minuto de atenção ao noticiário basta para acusar o sofisma.

## Um ano depois

Reforma da Previdência evita incerteza econômica maior, mas agenda legislativa restante empaca

Decorrido o primeiro ano desde a entrada em vigor da reforma da Previdência, o país colhe benefícios. A poupança de recursos orçamentários será crescente com o passar do tempo, podendo chegar a R\$ 1 trilhão em uma década com medidas complementares.

Cabe apontar que, não estivessem em vigor as novas regras para aposentadorias, dificilmente teria sido possível, por exemplo, mobilizar tanto dinheiro para o combate a pandemia, dado que o endividamento do governo se encontraria em situação ainda mais explosiva.

Outro fator essencial para evitar uma espiral de descrédito na solvência do setor público é o teto para os gastos federais inscrito na Constituição. Apesar de imperfeições, a norma estabelece a contenção da despesa até 2026, pelo menos, e proporciona um horizonte para o equilíbrio paulatino das contas do Tesouro Nacional.

Ocorre que tais dispositivos, embora fundamentais, são insuficientes. Mais reformas são necessárias para proporcionar uma gestão mais virtuosa das receitas e dos desembolsos do Estado brasileiro.

Quanto a isso, não se vê o que comemorar. A incompetência do governo em encaminhar uma pauta clara e a falta de disposição para

O defeito em computadores do tribunal e a tentativa rechaçada de ataque hacker ao seu site não colocaram em xeque a confiabilidade da apuração dos votos. No primeiro caso, retardou-se a publicação de resultados; no segundo, evitou-se acesso a dados sigilosos.

Há que apurar os dois eventos, identificar e responsabilizar os delinquentes no segundo caso e agir para que os problemas não se repitam. Mas é preciso ter claro que em nenhuma hipótese conhecida a vontade do eleitor manifestada na cabine indecifrável, alicerce da democracia, foi conspurcada.

A urna eletrônica brasileira não está conectada à internet e por isso não se presta a ataques remotos. Ao final do escrutínio, de cada uma delas se extrai um boletim impresso descritivo da votação, que pode ser conferido e auditado.

Auditorias e testes de vulnerabilidade são parte constante do processo e se incrementam a cada ciclo eleitoral. Em mais de duas décadas de uso maciço, nenhuma fraude foi comprovada no dispositivo.

O que preocupa Bolsonaro, obviamente, não são os aspectos técnicos do sistema de votação. Ele não se importa com a sustentação fática das asneiras que patrocina.

Dá curso à conversa fiada conspiratória porque enxerga nuvens carregadas no seu horizonte político. Esabe que, no Brasil como nos EUA, quem perde volta para casa.

mobilizar o Congresso continua a atrasar o país. O exemplo mais notável é o pacote legislativo elaborado, também há um ano, pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Entre as propostas importantes que não avançaram está a chamada PEC Emergencial, que prevê ajustes automáticos de despesas para reforçar o teto de gastos. Como o nome indica, essa proposta de emenda constitucional deveria ser a prioridade mais imediata.

Tampouco progrediram outras matérias mais complexas, como a ainda não bem explicada flexibilização de dispêndios obrigatórios em saúde e educação. Outra frustração se verifica na sempre prometida reforma do caótico sistema tributário brasileiro.

Uma das explicações para os atrasos é a ineficiência de Guedes, que se notabiliza mais por promessas extravagantes nunca cumpridas do que por estabelecer objetivos claros e estratégias viáveis.

Entretanto o obstáculo principal é mesmo o presidente Jair Bolsonaro, que não percebe a urgência dessa agenda nem se mostra disposto a liderar o que quer que seja — muito menos enfrentamento de poderosos interesses corporativistas que engessam e encarecem a gestão do Estado brasileiro.



## O que as urnas disseram?

Hélio Schwartzman

**SÃO PAULO** O que as urnas disseram no domingo? Várias coisas. A mais eloquente delas é que Jair Bolsonaro se deu mal.

Dos 13 candidatos a prefeito que o presidente decidiu apoiar, nove fracassaram já no primeiro turno, dois se elegeram — os de Ipatinga (MG) e Paranaíba (PI), que não chegaram a ser megalópoles — e dois passaram para o segundo escrutínio — Rio de Janeiro e Fortaleza —, com chance maior de perder do que de ganhar.

Dos três membros da família estendida que concorreram a cargos de vereador ostentando o sobrenome Bolsonaro, só um, Carlos, o zero-dois, conseguiu uma vaga, ainda assim com 35 mil votos a menos do que obtivera em 2016.

Também pareceu concluir que a onda nilista que tomou de assalto o eleitor em 2018 passou. Preveram nomes e partidos tradicionais. Apareceram nas listas de legendas vitoriosas DEM (depois de quase ter sido extinto nos anos Lula-Dilma), MDB, PSD, PP, PSDB (se triunfar em São Paulo), O PSL, que, na estei-

ra da eleição de Bolsonaro em 2018, se tornara o segundo maior partido (em cadeiras na Câmara), teve até aqui desempenho pior do que piffo.

A esquerda parece estar se recuperando do desastre que foram as municipais de 2016, mas sem a hegemonia do PT. O partido que brilha nestas eleições é o PSOL.

O que tudo isso diz sobre 2022? Um pouco, mas não muito. A aparente mudança de humor do eleitorado é relevante, mas seria um erro tomar os resultados de agora como uma prévia de 22. É que, em eleições locais, o eleitor tende a privilegiar questões locais. O fato de ele ter escolhido agora lideranças mais moderadas não significa necessariamente que repetirá isso no próximo pleito.

Alguns países renovam parte do Legislativo no meio do mandato do presidente. É uma opção interessante para uma eventual reforma política. Dá ao eleitor uma chance de se manifestar sobre a administração, e ao líder, uma oportunidade para corrigir rumos.

hello@uel.com.br

## O dedo podre de Bolsonaro e 2022

Cristina Serra

**BRASÍLIA** A eleição municipal traz elementos importantes para o cenário de 2022. Bolsonaro ganhou o troféu dedo podre de 2020. Seu fracasso como cabo eleitoral mostra que ele pode ser derrotado daqui a dois anos. Já é um começo, mas é pouco.

No campo oposto, o desempenho de Boulos (PSOL) na cidade mais importante do país mostra que a esquerda está viva e encontra ressonância no eleitorado. Com apenas duas semanas até o segundo turno, o desafio de Boulos é gigante, enquanto seu aliado preferencial, o PT, lambe as feridas de uma derrota tão esmagadora quanto previsível no seu berço político.

Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro a eleição municipal mostra que falta pensamento estratégico aos partidos progressistas. E isso pode ser fatal daqui a dois anos.

Quem nadou de braçada foi a direita. Conquistou capitais importantes e tem chance de ampliar as vitórias no segundo turno. O cenário, amálgama de siglas identificadas com a rapinagem na política e o velho to-

ma lá, dá cá, aumentou sua presença no interior. Partidos como PSD, PP, PL e Republicanos passam a disputar com MDB e DEM a capilaridade do Brasil adentro.

A direita já se movimentou para 2022 com alguma desenvoltura. Do seu laboratório de feitiçarias saiu recentemente a dupla Huck-Moro, que se apresenta como centrista, a fórmula mágica que pode encantar o eleitorado cansado da "polarização". O animador de auditório fez seu nome explorando a imagem da pobreza alheia na TV. Em 2018, disse que Bolsonaro tinha uma chance de ouro de "ressignificar" a política.

Moro, até ontem, serviu a um governo de extrema direita e a um presidente que defende a tortura. E propôs projeto anticrime que dava a policiais uma licença para matar sob forte emoção. Huck e Moro são parte do problema, não a solução.

Não só o eleitor deve evitar esse tipo de embuste mas também o jornalismo, como bem alertou a brilhante análise de Flávia Lima nesta Folha, no domingo.

## O senhorinho na fila do voto

Alvaro Costa e Silva

**RIO DE JANEIRO** Ai, meus Deuses, tem fila. Eu percebi ao chegar para votar, por volta das 10 horas deste domingo (15), na Fundação Getúlio Vargas, na praia de Botafogo. E não era pequena: estendia-se por mais de 100 metros, entrando pela rua Farani. O sol na cabeça.

A fila é um momento especial na chamada festa da democracia. Ficamos ali olhando as pessoas e tentando identificar, pelo jeito delas, em quem vão votar. É mais difícil do que descobrir por qual time elas torcem. A minha era uma fila aparentemente normal, casual discutindo, garota usando uma discreta saída de praia, rapaz de bermuda e chinelo de dedo. A tentação de dar um mergulho tornava a espera mais irritante.

Aí notei o senhorinho na minha frente. Do nada, começou a fazer um discurso, comportamento típico em dia de eleição. Mas ele não pede votos para seu candidato ou partido, tampouco reclamava do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do TSE, pela desorganização. O

tema era a prevenção à pandemia: "Os médicos não mandam a gente ficar em casa? Então o que estamos fazendo aqui?". Baixinho, barbudo, uma figuraça: boné verde e amarelo, camisa da CBF, duas bandeiras do Brasil que ele, sabe-se lá como, conseguiu pendurar nas axilas.

Mal andávamos e, chegando à entrada da FGV após 30 minutos, descobrimos o motivo da demora. As seções ficavam no alto do prédio, e só eram liberados três eleitores por elevador — quem quisesse subisse de escada.

Começou um pequeno tumulto: o meu patriota se recusava a usar máscara. "Isso é fantasia!", gritou ele, balançando os braços e as bandeiras do sovoaco. Concordei a custo em pôr a máscara (também verde e amarela) que estava escondida no bolso. Antes deu a todos mais uma lição: "Essa Fundação Getúlio Vargas foi comprada pelos chineses!".

Enfim votei. Na saída, ainda procurei o senhorinho, mas ele havia sido tragado pelo mundo real.

## Ciberataques

Pablo Ortellado

Professor do curso de gestão de políticas públicas da USP, é doutor em filosofia. Escreve às terças

O aumento no número de incidentes em que hackers tiveram acesso a sistemas do governo, seguido de dificuldades operacionais nos sistemas do TSE, deve acender um alerta para nossa fragilidade no campo da cibersegurança dos sistemas públicos.

Embora não tenhamos evidências de coordenação, os ataques de domingo foram explorados pela extrema direita que tenta minar a confiança no sistema eleitoral.

A crise começou em outubro, quando os servidores do STJ foram invadidos por hackers, e os conteúdos, copiados e criptografados, supostamente para extorquir dinheiro do Poder Judiciário. Logo após o ataque, outros sistemas de órgãos públicos, como o do SUS e o da Anvisa, foram preventivamente desligados até que as condições de segurança fossem restabelecidas.

No meio desta crise, o TSE optou por dividir as atividades de seus dois servidores, reservando um deles apenas para cópias de segurança e concentrando todas as tarefas no segundo. Foi esse servidor único, sobrecarregado, que teve problemas no seu processador, gerando uma instabilidade que travou o funcionamento do eTítulo (aplicativo que substitui o título de eleitor) e atrasou a computação dos votos.

Além dessa instabilidade do sistema, o TSE foi alvo de dois ataques de hackers, aparentemente desconectados.

O primeiro, reivindicado pelo grupo hacker luso-brasileiro CyberTeam, capturou dados de funcionários do TSE e foi divulgado às 9h25 por meio de uma conta no Twitter. O manifesto do grupo mencionava violações de direitos humanos nas prisões brasileiras, mas parecia motivado apenas em mostrar que conseguiam acessar o sistema. O TSE diz que o ataque aconteceu antes de 23 de outubro, mas que os dados capturados foram divulgados no dia da eleição buscando visibilidade.

Logo depois, às 10h41, o TSE foi vítima de um segundo ataque, agora de negação de serviço (quando muitos acessos simultâneos tentam sobrecarregar o servidor). O CyberTeam nega qualquer relação com esse segundo ataque, que foi divulgado pelo TSE como causa adicional das instabilidades do sistema.

Essas foram as circunstâncias que convergiram com os esforços da extrema direita em minar a credibilidade das urnas, que não foram comprometidas pelos ataques. Desde outubro, os bolsonaristas retomaram as críticas ao sistema eleitoral, que começaram nas eleições de 2018 e foram ampliadas com a crise nas eleições americanas e a proximidade das eleições municipais.

Se não fizermos nada, a combinação de vulnerabilidade dos sistemas com ataques à confiabilidade das urnas pode criar grandes problemas em 2022.

po.ortellado@gmail.com



# Informações da Economia entram na mira de hackers

Tentativas de ataque à Serpro, estatal de processamento de dados, sobem 60%



O presidente da Serpro, Gileno Gurjão Barreto, que orientou a equipe a redobrar a atenção contra ataques  
Pedro Ladeira/Folhapress

Fábio Pupo

**BRASÍLIA** Após hackers conseguirem acessar e criptografar dados do STJ (Superior Tribunal de Justiça) neste mês, a estatal Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) também observou aumento de tentativas de acesso a sistemas e elevou o nível de alerta. A empresa presta serviços para diferentes órgãos do governo, e um de seus principais clientes é o Ministério da Economia. Guarda dados da Receita, de transações de comércio exterior, de notas fiscais eletrônicas, de passaportes consulares e até da biometria de carteiras de trânsito.

O Serpro viu as tentativas de acesso a seus sistemas crescerem 60% em relação à média logo após o ataque ao STJ, para 2,300 por segundo.

A causa do aumento não é clara, mas os técnicos afirmam ser o mais provável que outros hackers tenham sido estimulados a agir ao observar ataques bem-sucedidos (como o ocorrido contra o tribunal no começo do mês).

De acordo com dados obtidos pela Folha, a maior parte das ameaças de invasão registradas logo depois do ataque vinha do próprio Brasil, com cerca de 20 mil tentativas. Em seguida, estavam EUA (cerca de 15 mil), Holanda (8.000), Rússia (7.000), Alemanha (6.000), China (5.000) e França (5.000). Os técnicos dizem que, em tese, vários dos ataques podem fazer parte de uma mesma iniciativa.

O presidente do Serpro, Gileno Gurjão Barreto, afirma que orientou as equipes a redobrar a atenção, mas assegura que o sistema da empresa é seguro o suficiente para impedir os acessos. "Temos uma segurança do estado da arte."

A maioria das ameaças consegue ser barrada em menos de 20 minutos. Caso contrário, uma sala de crise é aberta para combater o ataque com acompanhamento dos funcionários.

A empresa destina cerca de R\$ 30 milhões anualmente em programas de segurança e é responsável por 15% dos custos com serviços em tecnologia da informação do governo, nas estimativas de Barreto.

Para ele, eventos como os deste mês reforçam a importância do investimento em proteção para empresas e poder público.

"Não vejo nenhuma perspectiva de diminuir [a preocupação]. Você tem de separar dinheiro para isso e gastar com o que há de mais sofisticado, porque as técnicas

e os códigos mudam todo dia e você tem sempre que se atualizar", disse Barreto.

Tiago Iahn, gerente de cibersegurança do Serpro, vai além e diz que o Brasil deveria considerar a tecnologia como uma infraestrutura crítica, ao lado de itens como água e energia. "São aqueles [cujos problemas de execução] podem causar grandes transtornos à população", afirma.

No fim de semana, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) também sofreu uma tentativa de ataque em sua rede que, segundo o presidente, foi totalmente neutralizada.

Segundo o tribunal, o episódio foi inocuo e não tem relação com o atraso na divulgação dos resultados das eleições de domingo (15).

"Sofrer ataques não é privilégio do site do TSE, isso vale para o Supremo [Tribunal Federal], Pentágono, Nasa. Ele veio de sucessivas tentativas do Brasil, dos Estados Unidos e da Nova Zelândia. Foi um ataque distribuído", afirmou o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso.

Os episódios fazem parte de uma escalada nas preocupações com ataques hackers contra o poder público. O GSI (Gabinete de Segurança Institucional), vinculado à Presidência da República, comunicou a diferentes órgãos públicos na quarta-feira (11) que há "uma campanha massiva de ataques de ransomware" no país.

Esse tipo de ataque, o mesmo observado no STJ no início do mês, invade o sistema e criptografa (codifica) arquivos ou dados das instituições, impedindo o acesso dos funcionários às informações. Para liberar, exige um resgate em dinheiro.

O GSI enviou aos órgãos e entidades uma série de instruções a partir de informações colhidas por Polícia Federal, Ministério da Economia e pelas estatais Serpro e Dataprev para evitar as invasões. Uma série de IPs (espécie de

endereços dos computadores na internet) já foram identificados como fontes de ataques a sites do governo. A lista, atualizada em tempo real, está sendo usada para bloquear novas tentativas.

Em abril, o GSI havia feito outro alerta "com base nas estatísticas de eventos ocorridos no espaço cibernético e nos diversos relatos que têm sido feitos pelos colaboradores durante a crise da Covid-19".

Procurado, o GSI afirmou que ainda não se sabe o motivo do crescimento. "A causa desse aumento necessitaria de um estudo mais aprofundado para sua determinação", disse o GSI, em nota enviada pela assessoria de imprensa.

"De qualquer forma, com a crescente migração dos serviços públicos e privados para o espaço cibernético, é natural uma tendência de aumento de ataques cibernéticos", afirmou.

O grau de severidade varia. Técnicos afirmam que desde adolescentes que aprendem códigos a partir de tutoriais no YouTube até grupos de desenvolvedores com técnicas sofisticadas podem fazer parte das estatísticas.

"Alguns incidentes têm um impacto ou criticidade maior. Nesses casos, são realizadas ações apropriadas ou de maior intensidade para coordenar e apoiar as equipes de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos dos órgãos e entidades da APF [administração pública federal]", afirmou a nota do GSI.

Na sexta-feira (13), o Ministério da Saúde confirmou indícios de que a pasta também foi alvo de ataques cibernéticos semanas antes. Apesar disso, afirmou que não há um laudo conclusivo sobre o assunto.

O Ministério da Economia convocou reuniões para monitorar as ameaças neste mês após o ataque ao STJ e à Saúde. Uma força-tarefa liderada pela Secretaria de Governo Digital foi montada para acom-

panhar a situação.

Agora, o governo prepara um decreto que vai criar um sistema único de prevenção, resposta e tratamento a incidentes na esfera federal para exigir padrões mínimos que sejam comuns a todos os entes e padronizar ações.

Nos sistemas de toda a administração pública federal, as tentativas de ataques monitorados pelo Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança do governo ainda são menores em 2020 do que na comparação com 2019.

Mas o número de vulnerabilidades identificadas a partir das ações já é 74% maior. Segundo técnicos, isso indica ataques de estilo mais diversificado para explorar as fragilidades dos sistemas.

Lucas Lago, pesquisador no CEST-USP (Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia da Universidade de São Paulo) e desenvolvedor no projeto 707co (que tem como objetivo garantir que postagens deletadas por atores políticos possam ser recuperadas), afirmou que os ataques do tipo ransomware cresceram em todo o mundo a partir de 2017.

Naquele ano, uma onda de ciberataques atingiu computadores de empresas e órgãos governamentais em pelo menos 74 países, incluindo o Brasil.

Os alvos naquele ano variaram do Ministério do Interior da Rússia à empresa espanhola Telefónica, passando pela americana de entregas FedEx e pelo serviço nacional de saúde do Reino Unido, o NHS.

Tanto GSI como outras fontes ouvidas pelas reportagens ainda não veem uma ligação clara dos ataques observados com o home office da pandemia. Mas técnicos dizem que o trabalho em casa, em tese, aumenta as possibilidades de ataque.

"Com certeza a superfície de ataque aumentou. Se antes as conexões eram feitas em uma rede mais controlada, porque eram servidores da empresa, quando você joga isso no trabalho remoto, gera aumento de vulnerabilidade", afirmou Lago.

"Mesmo que tenha VPN [Virtual Private Network, rede de comunicações entre computadores e outros dispositivos que têm acesso restrito a quem tem as credenciais], você acaba colocando um elemento a mais na rede. E, a cada elemento a mais, são mais camadas [que aumentam a possibilidade de atuação]", afirmou.

Leia mais na pág. A6

## Black Friday

Cadeira Aeron Grafite Completa  
com todos os ajustes  
12X R\$740,00



HermanMiller

GARANTIA | 12 ANOS



Fale com um consultor

NOVO AMBIENTE

Al. Gabriel Monteiro da Silva, 683  
(11) 3062.3351  
showroomvend@novoambiente.com.br  
novoambiente.com/loja | @novoambiente

## Brasil ganha fôlego de 2 anos para dívida atingir 100% do PIB, diz órgão

Bernardo Caram

**SÃO PAULO** A IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão ligado ao Senado, revisou as projeções econômicas para o Brasil e agora estima que a dívida bruta do governo atingirá 100% do PIB em 2024, o que significa um fôlego de dois anos em relação à projeção anterior. Em junho, a previsão era que esse patamar seria alcançado em 2022.

Apesar da melhoria nas estimativas de indicadores, o Relatório de Acompanhamento Fiscal do órgão, divulgado nesta segunda-feira (16), afirma que a trajetória da dívida pública ainda é "muito preocupante", com necessidade de forte ajuste fiscal.

"Não há hoje um horizonte de equilíbrio da relação dívida/PIB. Isso é o que gera mais apreensão dos agentes econômicos. Se você não tem um horizonte do patamar que a dívida vai [chegar] e quando ela vai se estabilizar, o custo de fazer dívida nova fica maior, não tem jeito", disse o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto.

Após forte alta em razão dos gastos do governo e da perda de arrecadação com a pandemia do novo coronavírus, a dívida bruta do governo geral está hoje em 90,6% do PIB. Em dezembro de 2019, era de 75,8% do PIB.

Esse indicador é usado por agências de classificação de risco para avaliações sobre a solvência do país. Quanto maior a dívida, maior o risco de calote.

A dívida bruta do governo geral reúne todos os débitos dos governos federal, estaduais e municipais com o setor privado, setor público financeiro e instituições internacionais.

Em cenário-base, considerado mais provável pelos pesquisadores da IFI, depois de atingir 100% do PIB em 2024, a dívida seguirá em trajetória de alta, chegando a 112,4% do PIB em 2030.

Nas estimativas da IFI, o

governo federal seguirá registrando déficits primários até 2030. Se a projeção se concretizar, serão 17 anos consecutivos de rombo fiscal, quando o Tesouro gasta mais do que arrecada.

Para este ano, o déficit primário foi projetado pela IFI em R\$ 779,8 bilhões, ante R\$ 877,8 bilhões da estimativa anterior.

Segundo o relatório, o governo precisa fazer um ajuste fiscal de 3,9% do PIB, valor considerado alto, apenas para que a dívida pública continue estável em 100% do PIB a partir de 2024.

"Tudo indica que vai haver ainda longos anos de crescimento da dívida, salvo uma devolução de recursos do BNDDES [a União] ou outros fatores atípicos, mas a trajetória é muito ruim. Seja pelo lado do gasto ou pela receita, a sustentabilidade da dívida depende da recuperação do resultado primário", afirmou Salto.

No documento, a IFI revisou a previsão de desempenho do PIB neste ano. A estimativa de retração da atividade econômica em 2020 está agora em 5%, ante queda de 6,5% do relatório anterior.

A alta de preços registrada nos últimos meses levou a uma mudança na projeção de inflação para o encerramento do ano, que passou de 1,4% para 3%.

## Governo não tem coragem de encerrar desafios, afirma Maia

Danielle Brant

**BRASÍLIA** O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta segunda-feira (16) que o governo quer votar projetos que são cortina de fumaça por não ter coragem de enfrentar os principais desafios do país, como a manutenção do teto de gastos e a redução do déficit público.

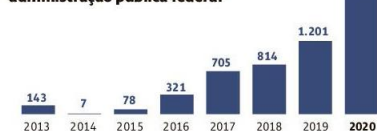
Maia fez as declarações em palestra na ACSP (Associação Comercial de São Paulo), ao comentar o resultado das eleições municipais — os principais candidatos indicados por Jair Bolsonaro fracassaram nas urnas.

Para o deputado, a maior influência para a eleição de 2022 serão as decisões que o governo vai tomar nos próximos meses para melhorar sua situação fiscal.

"Projetos bonitos, mas não vão resolver o nosso curto prazo. Com todo respeito, projeto de cabotagem. Não vai resolver o problema do Brasil nos próximos meses", criticou.

Ele defendeu ainda que não se caia na "armadilha de votar projetos bonitos, que tenham algum charme, algum impacto na sociedade, mas que não estejam enfrentando os principais problemas do nosso país".

### Vulnerabilidades confirmadas nos órgãos e entidades da administração pública federal\*



\*Notificações que, após processo de triagem, são caracterizadas como fragilidade dos sistemas computacionais e redes de computadores que permitam a exploração maliciosa e acessos indevidos ou não autorizados. Fonte: Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança, vinculado ao GSI



## mercado

PAINEL S.A. | Ricardo Balthazar (interino)  
painelsa@grupofolha.com.br

## Todos os santos

Representantes do mercado imobiliário apresentaram um pacote de reivindicações a Bruno Covas (PSDB) no primeiro turno da corrida à Prefeitura de São Paulo. Com a definição de seu adversário na segunda rodada, irão atrás de Guilherme Boulos (PSOL), com quem já tentaram se reunir duas vezes, sem sucesso. "Mesmo se ele não for eleito, continuará influente, e queremos que conheça nossas propostas", diz o presidente do Sindicato da Habitação (Secovi-SP), Basílio Jafet.

**CARDÁPIO** Os empresários querem aproveitar a revisão do Plano Diretor da cidade, prevista para o próximo ano, para rediscutir antigas demandas, como a redução do valor das chamadas outorgas onerosas e a revisão de restrições impostas a construções nas áreas mais populosas.

**CACHÊ** Covas, que participou de um debate no Secovi em novembro, recebeu contribuições de vários empresários do ramo no primeiro turno da campanha — pelo menos R\$ 880 mil, ou metade das doações que ele obteve de pessoas físicas, de acordo com levantamento da Folha.

**OUTRA TURMA** Urbanistas críticos ao Plano Diretor e refratários às mudanças defendidas pelo segmento engajaram-se na campanha do candidato do PSOL, que é líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Boulos diz que a conversa só não ocorreu ainda por causa de dificuldades na sua agenda.

**PIRES NA MÃO** Após uma série de negociações realizadas durante a pandemia do coronavírus para diminuir custos com aluguel e taxas nos shopping centers, pequenos lojistas voltaram a procurar os administradores dos empreendimentos, agora para tratar dos reajustes previstos para 2021.

**PONTA DO LÁPIS** O IGP-M, índice de correção estabelecido pelos contratos, acumula alta de 20,9% nos últimos 12 meses. Muitas empresas vão quebrar se o índice for seguido, diz Tito Bessa Junior, presidente da Ablos, associação que reúne empresas do setor.

**COMPENSAÇÃO** A Abrasce, que representa os shoppings, afirma estar aberta ao diálogo, e que, desde o início da crise sanitária, adiou ou suspendeu despesas dos comerciantes no valor de R\$ 5 bilhões.

**A BORDO** A rede atacadista americana Costco começou a vender assinaturas de 12 meses de um serviço de jatos particulares nos Estados Unidos. Por US\$ 17,5 mil, a varejista oferece um pacote que inclui um cartão de compras da rede, créditos para voos e ingressos para eventos.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

## INDICADORES



**CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA**  
Competência outubro\*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Valor máx.	R\$ 6.101,06	20%	R\$ 1.220,21	

MEI (Microempreendedor)	Valor mín.	R\$ 1.045	5%	R\$ 52,25
Assalariado	Ate R\$ 1.045	Alíquota	7,5%	
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%			
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%			
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%			

\*O prazo da competência de outubro vence em 20.nov para empresas; para pessoas físicas, vence em 16.nov. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

**QUASE LÁ** Acordo firmado nesta segunda (16) pelo Ministério Público Federal e pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) com o objetivo de diminuir prazos para realização de perícias médicas e concessão de benefícios foi recebido com ressalvas por advogados especialistas no assunto.

**PRORROGAÇÃO** A medida prevê de 30 a 90 dias para o INSS concluir os processos, mas sem contar o tempo necessário para as perícias, que podem levar 45 dias até ficar prontas. "O ideal seria cumprir todo o processo em 90 dias", diz Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário).

**ESCANINHO** A ideia é que os prazos comecem a valer seis meses após a homologação do acordo pelo Supremo Tribunal Federal. Para Carlos Amorim, sócio do escritório Martinielli, a pressão das ações em andamento sobre os tribunais continuará a ser prazos não começarem a valer logo.

**PARA ESCLARECER** O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, conversou no fim de semana com o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, para entender sua iniciativa de abrir um processo de fiscalização para verificar os processos internos do BC e a transparência da instituição.

**LIÇÃO DE CASA** O ministro explicou que o objetivo é fazer levantamento de informações, comparando os procedimentos adotados no Brasil com os de bancos centrais de outros países. A previsão é que o trabalho dos auditores fique pronto em seis meses, e o processo não prevê aplicação de sanções aos dirigentes do BC.

**MUTIRÃO** Johnson & Johnson, Braskem, Grendene e Fitesa se juntaram para produzir 5 milhões de máscaras para profissionais de saúde da rede pública na linha de frente do enfrentamento da pandemia. A Braskem doou a matéria-prima para a Fitesa, que produziu o material para as máscaras. A calçadista usou sua fábrica em Sobral (CE) para a confecção. Os itens foram finalizados pela Johnson & Johnson.

# Pix pode viabilizar pequenos negócios e gerar inclusão financeira, diz Campos Neto

1 milhão de operações, com giro de R\$ 777 mi, foram realizadas nesta segunda, 1º dia de funcionamento do sistema de pagamentos do BC

Larissa Garcia

**BRASÍLIA** O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que o Pix, novo sistema de pagamentos instantâneos, poderá viabilizar pequenos negócios.

"O Pix dá amplo acesso a todos. Existem pequenos negócios que não eram viáveis por que as transferências são muito caras, então gera viabilidade", afirmou.

Segundo o presidente do BC, a ferramenta também poderá gerar inclusão financeira. "Precisamos lembrar que há cidades que não têm ATM [caixa eletrônico] e agência, a pessoa que tem uma loja e precisa ir à outra cidade depositar o dinheiro", pontuou.

As declarações foram feitas durante cerimônia de lançamento oficial do sistema de pagamentos instantâneos.

Campos Neto ressaltou que as funcionalidades da nova tecnologia serão implementadas aos poucos.

"Existem desenvolvimentos futuros do Pix que não sabemos hoje, que vai surgir das demandas das pessoas", disse.

Depois de duas semanas de fase restrita, funcionando em horários específicos e com quantidade limitada de usuários, o Pix ficou disponível nesta segunda-feira (16) para todos os clientes das instituições financeiras cadastradas.

O chefe do departamento de competição do BC, Angelo Duarte, disse que o período restrito às pessoas não fizeram apenas operações de teste.

"Alguns mandaram valores muito pequenos, vimos que era para teste, mas também observamos valores mais altos, a quota média foi de R\$ 400. Então foram feitas transações reais, não só experimentais", contou.

Segundo o BC, 19 instituições foram desclassificadas durante essa fase e terão que

**ENTENDA O PIX**  
O que é?  
É um serviço de pagamentos instantâneos. Usa uma tecnologia desenvolvida pelo BC para permitir a realização de transações financeiras em poucos segundos, 24 horas por dia e sete dias por semana. Podem ser feitos pagamentos por compras e transferências de dinheiro

**Quem pode usar?**  
Qualquer pessoa física ou jurídica que possua uma conta transacional (contas corrente, de poupança ou de pagamento pré-paga) em um prestador de serviço de pagamento (instituições financeiras ou instituições de pagamento) participante do Pix

**Tem custo?**  
É gratuito para pessoas físicas e empreendedores individuais, tanto para enviar e receber transferências como para compras

fazer novamente o processo de autorização caso queiram entrar no sistema.

O cadastro para homologação reabre em 1º de dezembro para os bancos que ainda não aderiram ao Pix. Com isso, 734 instituições podem oferecer o serviço.

Aplicativos de alguns bancos apresentaram instabilidade pela manhã, mas o BC afirmou que os erros estão sendo corrigidos e que o percentual de operações não concluídas foi pequeno.

"A máquina de liquidação, que é gerenciada pelo Banco Central, e de dados não apresentou problema nenhum", assegurou Campos Neto.

"Grande parte das operações não realizadas se deve a erros de digitação ou padronização. Não é permitido mandar Pix para conta-salário, por exemplo, e, quando houve tentativa, a transação não foi concluída", disse o diretor de organização do sistema financeiro, João Manoel Pinho de Mello.

Quando a operação não é concluída, o dinheiro não sai da conta do cedente.

Durante a cerimônia, Campos Neto também afirmou que o Pix pode gerar verticalização no comércio e reduzir intermediários entre compradores e vendedores.

"Foi iniciado um processo de verticalização de vendas, é um processo que vai mudar muito o mercado financeiro. Você vai passar a ter texto, mensageria, o conteúdo e o pagamento numa cadeia integrada. Quanto melhor for a experiência do usuário, mais integrado e disponível vai ser", disse.

A verticalização é um conceito empresarial em que uma companhia concentra todos os processos para a produção de um produto.

"Vamos passar a registrar ativos em ambiente eletrônico,

no processo que chamamos de tokenização, isso faz com que o acesso seja mais fácil e elimina intermediário em vários processos de venda", destacou.

Na cerimônia, o presidente do BC fez uma doação com Pix à Associação dos Amigos do Museu de Valores da autoridade monetária. O valor, porém, não foi informado.

Apenas nesta segunda, até as 18h, foram 1 milhão de operações, o equivalente a R\$ 777 milhões, segundo o BC.

Até domingo (15), haviam sido cadastradas 71 milhões de chaves e realizadas quase de 2 milhões de transações entre instituições diferentes, o equivalente a R\$ 780 milhões na fase restrita.

O registro das chaves de clientes começou em 5 de outubro, e uma pessoa pode fazer até cinco por conta-corrente, e uma empresa, até 20.

No cadastro das chaves, o usuário vincula ao número do celular ou ao endereço de email, por exemplo, as informações pessoais e bancárias dele.

Ao todo, 30 milhões de pessoas e 1,7 milhão de empresas cadastraram chaves. Entre elas, 17 milhões vincularam ao número de celular, 12 milhões, ao email, 1,4 milhão, ao CPF (Cadastro de Pessoa Física) e 14 milhões usaram chaves aláticas.

Na prática, quem fizer o cadastramento das chaves não vai precisar informar todos os seus dados na hora de transferir dinheiro ou pagar conta de Pix, ela precisará apenas falar a chave cadastrada (CPF, email ou número de celular, por exemplo).

O Pix permite fazer pagamentos e mandar dinheiro para outra pessoa ou empresa de maneira instantânea (em menos de 10 segundos) e independentemente de qual seja a instituição de recebimento.

## Busca por diversificação deve impulsionar ETFs, afirmam especialistas; Itaú lança fundo

Isabela Bolzani

**SÃO PAULO** A maior busca por diversificação nos investimentos pode impulsionar a busca por ETFs (fundos que replicam o desempenho de índices já existentes no mercado), afirmam especialistas.

O movimento resulta da contínua redução da taxa básica de juros no país — atualmente em 2% ao ano.

As gestoras também estão tentando surfar na onda dos ETFs. No mês passado, BTG Pactual e BB DTM lançaram novos fundos de índice de renda variável.

Nesta segunda (16), o Itaú Asset Management lançou seu novo fundo de índice de renda fixa, indexado no IMA-B5 — índice calculado pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

O fundo será chamado B5P211 e terá prazo de dois anos. É o quinto fundo da categoria na carteira do Itaú.

"A indústria de investimentos no Brasil vem sofrendo uma transformação. Muita gente pergunta se é o momento certo de lançar um ETF de renda fixa, mas a resposta continua sempre a mesma. É preciso oferecer cada

**QUE SÃO ETFs?**  
Os Exchange Traded Funds são fundos cuja rentabilidade espelha algum índice acionário, como o Ibovespa

**20** são os ETFs listados no B3, a Bolsa brasileira

vez mais instrumentos que tragam diversificação para a carteira", afirmou o chefe de estratégia beta e integração ESG (melhores práticas ambientais, sociais e de governança) da Itaú Asset Management, Renato Eid.

Segundo o estrategista-chefe da Guide Investimentos, Luis Sales, apesar de o mercado de ETFs ainda ser muito restrito no país, ele tem crescido com o lançamento desses fundos e o apetite por investir nesses ativos.

"Ainda temos poucos ETFs com liquidez negociáveis, é um mercado incipiente. Mas os fundos começam a ganhar relevância na busca dos investidores, principalmente neste ano", afirmou o especialista.

Também impulsionado pela menor taxa básica de juros, o número de investidores pessoas físicas atingiu 2,3 milhões de pessoas — 80% mais do que o registrado em todo o ano passado, de 1,3 milhão.

"O cliente que tem um ETF consegue ter uma exposição maior em uma classe de ativo sem necessariamente precisar se preocupar em correr o risco de comprar as ações diretamente", afirmou o sócio da Portofino Multifamily Office, Mário Kepler.

Segundo Kepler, da Portofino, outro apelo que os ETFs têm entre os investidores é o baixo custo de investimento.

"A taxa de administração de um ETF é bem baixa. Enquanto um fundo de renda variável, por exemplo, tem uma cobrança média de 2%, além das taxas de performance, um fundo de índice custa cerca de 0,25% ou 0,30%", disse.

Os ETFs são negociados na Bolsa de Valores e, por replicarem o desempenho de índices já existentes no mercado, não precisam gastar muito na aquisição de informação e na análise de empresas — o que acaba diminuindo o seu custo.

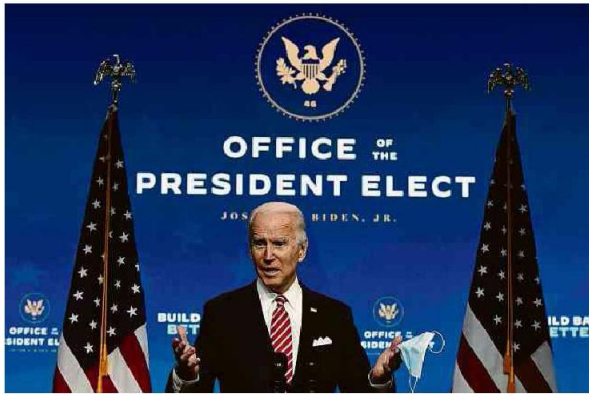
Os especialistas afirmam, ainda, que o crescimento do mercado de ETFs é uma tendência no país. Para Sales, da Guide, a expectativa é que o segmento siga cada vez mais o que é observado no mercado americano, com ETFs mais específicos ou divididos por setores ou commodities.

"O produto ainda precisa ganhar liquidez e notoriedade, ainda cabem mais ETFs no mercado."

Com o lançamento do Itaú Asset Management, a B3 contará com 20 ETFs listados. Desse, só 2 permitem exposição a ações internacionais.



mercado



O presidente eleito dos EUA, o democrata Joe Biden, em Wilmington, Delaware

Biden colou rapidez em aprovação de pacote de incentivo à economia

Proposta de novas medidas para mitigar efeitos da pandemia do coronavírus gira em torno de US\$ 2 trilhões

Eduardo Cuocolo

SÃO PAULO O presidente eleito dos EUA, o democrata Joe Biden, disse nesta segunda (16) que é necessário aprovar o quanto antes um novo programa de estímulos econômicos.

Ele também defendeu elaborar rapidamente um plano de vacinação para acelerar o controle do coronavírus e garantir uma reabertura segura e a retomada da economia.

As afirmações foram feitas após Biden e a vice-presidente eleita, Kamala Harris, se reuniram com líderes empresariais e sindicais para discutir questões econômicas. Entre os presentes estavam os presidentes de empresas como GM, Gap, Microsoft e Target e de sindicatos como AFL-CIO e United Auto Workers.

"Todos concordamos que queremos colocar a economia de volta no caminho certo. Precisamos que nossos trabalhadores estejam de volta ao trabalho, colocar o vírus sob controle. Estamos entrando em um inverno muito sombrio. As coisas vão ficar muito difíceis antes que fiquem mais fáceis. Isso requer muito esforço para lutar contra a Covid-19, para que possamos abrir nossos negócios de forma segura, retomar nossas vidas e deixar essa pandemia para trás", afirmou Biden.

Enquanto isso, segundo o presidente eleito, é necessário que o Congresso aprove o quanto antes o novo pacote de estímulo. Para ele, é possível colocar democratas e republicanos juntos nessa causa.

"Para milhões de americanos que perderam horas [de trabalho] ou perderam empregos, todos concordamos em que podemos oferecer alívio imediato, e isso precisa ser feito rapidamente", disse Biden.

"Imediatamente o Congresso precisa se reunir e aprovar um pacote de ajuda da Covid, como a Câmara aprovou seis meses atrás".

Democratas e republicanos discutem um novo pacote de estímulo, em mais uma tentativa de reduzir o impacto do coronavírus na economia dos EUA. O valor da proposta gira em torno de US\$ 2 trilhões.

A medida, que ainda precisa ser aprovada pelo Legislativo, prevê uma segunda rodada de pagamentos de US\$ 1.200 aos americanos, mas reduz de US\$ 600 para US\$ 200 o valor semanal do seguro-desemprego repassado pelo governo Trump aos que perderam trabalho em meio à pandemia.

Sobre os planos para a economia, ele disse que o governo segue comprometido com propostas como o plano de reforma de tributos e os incentivos para a indústria, como o programa "Buy American".

"Nenhuma contratação governamental será dada a empresas que não fazem produtos nos EUA".

Encontra-se aberto na Diretoria de Ensino Região de Americana, Pregão Eletrônico nº 004/2020, destinado a Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza em Ambiente Escolar para as escolas jurisdicionadas a Diretoria de Ensino - Região de Americana, do tipo menor preço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHEMBI AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO Nº 20/2020

BASF S.A. Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13/02/2020

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO - CREF4/SP AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPÓSOS E ARMAZÉNS DE SÃO PAULO PÁTRIA AMADA BRASIL AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2020

TAMBORE RESIDENCIAL CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ABANDONO DE EMPREGO Solicitamos o comparecimento de LEMBER ANDRESSA FELLIÇO DE SOUZA portadora da Carteira de Trabalho 75280, Série 346 5/91 ao endereço abaixo, no prazo de 3 dias.

ABANDONO DE EMPREGO Solicitamos o comparecimento de ELIS DILANAM DE SOUZA portadora da Carteira de Trabalho 05240, Série 00027 / AL, ao endereço abaixo, no prazo de 3 dias.

ABANDONO DE EMPREGO Solicitamos o comparecimento de CECILIA RODRIGUES AGUIAR portadora da Carteira de Trabalho 04510, Série 00867 / SP, ao endereço abaixo, no prazo de 3 dias.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PREGÃO ELETRÔNICO PE 501/2020 - P/L 1807/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOGÍSTICA E PASSAMENTO DE RUPIAS AO DESTACAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS.

ras em uma área que cobre um terço da população e da produção econômica mundiais.

A Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, na sigla em inglês) representa um grande passo para a integração econômica na região e nasce após quase uma década de negociações.

Economistas disseram que o acordo, o primeiro pacto comercial entre China, Japão e Coreia do Sul, poderá acrescentar quase US\$ 200 bilhões anuais à economia global até 2030.

O RCEP inclui a maioria dos acordos existentes assinados pelos dez membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) — Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã — e os mescla em um único pacto multilateral com Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e Coreia do Sul.

Ao combinar uma diversidade de acordos em um único, o RCEP traz a Ásia para mais perto de se tornar uma zona comercial coesa, com o União Europeia ou a América do Norte, apesar de não se esperar que leve a grandes reduções tarifárias gerais.

O primeiro-ministro da China, Li Keqiang, descreveu o acordo como "uma vitória do multilateralismo e do livre-comércio", segundo uma reportagem da agência de notícias oficial chinesa Xinhua.

Prevê-se que o Japão e a Coreia do Sul serão os maiores beneficiários do acordo, mas a vantagem de produtos mais baratos se espalhará até a Europa e os Estados Unidos.

Analistas disseram que o acordo provavelmente diminuirá ainda mais a influência dos EUA na região, depois que Donald Trump deixou a Parceria Trans-Pacífico, outro grande pacto comercial regional.

Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves

Bolsa de SP supera 106 mil pontos com otimismo sobre vacina

O Ibovespa subiu 1,62% e superou os 106 mil pontos pela primeira vez desde março. Nesta segunda-feira (16), a farmacêutica americana Moderna anunciou que sua vacina é 94,5% eficaz contra a Covid-19.

Desafio na Cúpula dos Brics é dar resposta para questões urgentes do nosso tempo

OPINIÃO

Karin Costa Vazquez

Professora associada, pesquisadora assistente e diretora-executiva do Centro de Estudos Americanos e Caribe na O.P.J. Jindal Global University (Índia)

A 12ª Cúpula dos Brics, nesta terça (17), será um teste para o agrupamento sob o comando da Rússia.

Desde a criação dos Brics, em 2009, os cinco países aumentaram sua participação na economia mundial. Impulsionado pela China e pela Índia, em 2020 o PIB dos cinco países totalizou cerca de 25% do PIB mundial (US\$ 21 trilhões), e a participação dos Brics no comércio internacional girou em 20% (US\$ 6,7 trilhões).

Nos últimos cinco anos, as exportações intra-Brics cresceram 45%, e a participação dessas exportações no total do comércio internacional dos cinco países aumentou de 77% em 2015 para 12% em 2020.

O PIB dos cinco países também cresceu a uma taxa média anual de 5,3%, mais rápido do que o PIB global e o PIB do G7 segundo dados do FMI.

Os custos da pandemia para a sociedade e a atividade econômica dos cinco países, no entanto, podem parar — e até reverter — essa tendência. Ao menos temporariamente. Entre os dez países mais afetados pelo coronavírus, quatro fazem parte do Brics.

Uma crise sanitária já se faz sentir nos indicadores econômicos dos cinco membros. Em 2020, as economias dos Brics, juntas, devem encolher 30%, sendo que Brasil, Índia e África do Sul devem apresentar taxas de crescimento abaixo da média mundial.

As mudanças na orientação da política interna e externa no Brasil e na África do Sul e a deterioração de um eixo crucial da cooperação Brics — a relação Índia-China — aumentaram, ainda mais, o otimismo sobre o potencial dos Brics como um agrupamento político, para além de uma potência econômica.

Em meio à turbulência, espera-se que a Cúpula dos Brics deste ano se concentre em medidas práticas de combate à pandemia e apoio

à recuperação econômica dos cinco países. As propostas incluem a criação de um sistema de alerta rápido para ameaças epidemiológicas e o desenvolvimento de regulamentações para produtos médicos com o objetivo de melhorar a capacidade dos Brics de enfrentar o vírus.

Meios impressionante tem sido a capacidade do grupo em propor e implementar ideias inovadoras que façam jus ao seu potencial como líder global.

Recentemente, a Rússia se tornou o primeiro país do mundo a registrar uma vacina contra o novo coronavírus.

A China está na fase final de testes de sua vacina e anunciou a intenção de torná-la um bem público global.

No entanto, o agrupamento ainda está longe de chegar a um consenso sobre medidas práticas para a produção e distribuição conjunta das vacinas. Em vez disso, o tema tem sido capturado por um debate político-ideológico que, até agora, impediu a realização de ação coletiva.

O desmoronamento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) de US\$ 10 bilhões em assistência relacionada à crise sanitária, incluindo US\$ 4 bilhões em empréstimos de programas emergenciais para combater a pandemia do novo coronavírus e suas consequências socioeconômicas, foi recebido com entusiasmo no Brasil, na China, na Índia e na África do Sul.

No entanto, o banco ainda não sinalizou "se" nem "como" apoiará planos de recuperação de longo prazo e a transição dos países membros para uma economia mais sustentável.

O principal desafio à frente dos Brics não é de ordem processual nem burocrática, mas liderar com ideias inovadoras e respostas práticas às questões mais urgentes do nosso tempo.

Nenhum outro agrupamento estabeleceu um objetivo tão ambicioso para si. Construir uma estratégia coletiva e identificar processos prioritários para implementar essa estratégia podem garantir que a cooperação dos Brics se aprofunde e se autorreforce. Essa é a principal expectativa para a presidência russa neste ano.

HOSPITAL BENEFICÊNCIA PORTUGUESA SOCIETUDE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA DE SANTO ANDRÉ CONVOCAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

HOSPITAL BENEFICÊNCIA PORTUGUESA SOCIETUDE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA DE SANTO ANDRÉ CONVOCAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

ASSINE A FOLHA folha.com/assine

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PREGÃO ELETRÔNICO PE 501/2020 - P/L 1807/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOGÍSTICA E PASSAMENTO DE RUPIAS AO DESTACAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS.



## mercado

## A estratégia Biden

Meu conselho a você, empresário: não despreze o seu Trump, como Biden não desprezou

Nizan Guanaes

Empreendedor, criador da N Ideias

Em 1973, passei seis meses como estudante de intercâmbio em Pisgah, Iowa, no chamado "Bible Belt" dos EUA (o cinturão da Bíblia, com forte presença religiosa). A cidade é uma rua, e hoje tem menos de 300 habitantes.

Meu "pai" americano era fazendeiro, e minha "mãe", professora. Dolores e Donald Messenger eram muito diferentes de mim, mas muito amados, e me fizeram compreender a América profunda.

Donalds e Dolores foram às urnas no dia 3 e quase elegeram Donald Trump de novo. O

presidente, grande comunicador, fala a língua deles, mesmo vindo da elite nova-iorquina.

O meu partido nos EUA, o Democrata, exagerou em determinado momento ao parecer governar as United Nations. Trump venceu em 2016 com a estratégia de governar os United States. "Make America Great Again", seu slogan, era tão bom que virou muito mais do que um slogan. Não fosse a pandemia, Trump talvez vencesse de novo. Mas sua gestão do vírus foi tão horrível que ele perdeu a campanha antes da campanha.

O meu Partido Democrata foi pragmático. Nas primárias, diante de alternativas mais à esquerda e mais vibrantes como Bernie Sanders, escolheu um centrista sereno, boa gente, religioso, que sempre foi o cara para se sentar com o oponente republicano no Senado e superar impasses.

Foi a estratégia serena de Obama por oito anos, conhecido da América profunda e do mundo, que conseguiu conquistar uma parte decisiva dos Donalds e Dolores e garantir a vitória.

Outro pilar da estratégia de Biden foi a escolha de sua vice, Kamala Harris, a primeira mulher e a primeira mulher negra a ocupar o posto. A energética e carismática filha de imigrantes trouxe vitalidade à chapa. E, para um candidato que começará a governar com 78 anos, ter uma vice energética e carismática é um hedge fundamental.

Kamala também representa os progressistas da Rainbow Coalition e as alas à esquerda do partido, preteridas nas primárias por despertarem extrema desconfiança nos eleito-

res mais ao centro e à direita. Nasci no Pelourinho, fui locutor de rádio, vendedor de loja e, disciplinadamente, por causa da minha profissão, nunca deixei de ser antenado com o Brasil profundo e as emoções que o movem.

As pessoas de marketing ficam muito ligadas a tudo de novo no mundo, mas às vezes não sabem falar com o Nordeste, com o interior de Goiás, com o gaúcho da fronteira ou o ribeirinho da Amazônia. São pessoas que pensam diferente da visão predominante nos grandes centros ricos e cosmopolitas.

Nos EUA, são quase dois países diferentes. Pesquisa da Brookings Institution mostrou que Trump venceu em 2.497 condados que representam 29% da economia americana, enquanto Biden venceu em 477 condados que geram 70% do PIB. Quem consegue erguer pontes transitadas pelos dois. Biden conseguiu, e precisa governar para ambos.

Um dos maiores gurus e coaches da minha vida, Geraldo Walter dizia: "Quem pensa com raiva pensa mal". Biden venceu porque, em vez de odiar e desprezar os eleitores de Trump, entendeu que eles também fazem parte dos EUA.

E a vontade de entender essa população foi apoiada por táticas eficientes de mobilização do eleitor. Os democratas só ganharam porque estimularam, meses atrás, o voto antecipado e por correio (essencial num país com pandemia severa e voto facultativo).

Meu conselho a você, empresário: não despreze o seu Trump, como Biden não desprezou. O produto dele pode ser mais tosco, menos chique, mais básico, mas, se estiver ganhando mercado, não despreze. Admire e compreenda os Donalds e Dolores Messenger dele e adapte-se. Aprenda a falar com eles, e o seu resultado será melhor.

| DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

## BNDES levanta R\$ 2,5 bilhões em nova venda de ações da Vale

**RIO DE JANEIRO** O BNDES vendeu nesta segunda-feira (16) um novo lote de ações da Vale e levantou R\$ 2,5 bilhões. Foram negociados 40 milhões de papéis, como parte de estratégia para enxugar a carteira de participações acionárias do banco.

No primeiro lote, em agosto, o BNDES vendeu R\$ 8,1 bilhões em ações da empresa. A operação impulsionou o resultado do banco no terceiro trimestre, elevando o lucro

a R\$ 8,7 bilhões, alta de 222% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Com as duas operações, o banco estatal de fomento já se desfez de 175 milhões de ações da mineradora, que passa este ano pela última fase do processo de pulverização do controle societário previsto por acordo de acionistas assinado em 2017.

O acordo liberou empresas do grupo de controle, do qual o BNDES faz parte, para ven-

der os 20,6% de suas participações na companhia que estavam bloqueados.

Além do banco estatal, o grupo tinha a participação do Bradesco, de fundos de pensão e da Mitsui, um dos maiores conglomerados japoneses.

O objetivo da mineradora é reduzir os riscos de ingerência política na gestão — o governo pode exercer influência na companhia por meio dos fundos de pensão estatais e do BNDESPar. Após a ope-

ração, as ações da Vale fecharam o pregão em alta de 3%.

As ações vendidas pelo BNDES nesta segunda, porém, não são parte do bloco de controle. Após a operação, o banco ainda se mantém com 121 milhões de ações da mineradora: 117 milhões que são parte do bloco de controle e outras 4 milhões do lote vendi do nesta segunda. A fatia remanescente equivale a 2,4% do capital da empresa.

O programa de venda de

ações é parte de uma estratégia do BNDES para reduzir os impactos da volatilidade das Bolsas de valores sobre seu resultado. Foi apontado como uma das prioridades pelo presidente da instituição, Gustavo Montezano, em sua posse.

As operações têm contribuído para o aumento do lucro do BNDES mesmo em meio à pandemia. Entre janeiro e setembro, o banco acumula lucro de R\$ 13,7 bilhões.

Nicola Pamplona

**Airbnb entra com pedido para abrir capital em NY**

A Airbnb divulgou nesta segunda (16) seu prospecto de oferta pública inicial de ações (IPO), mesmo com desaceleração no crescimento de receitas por causa da pandemia. A listagem na Bolsa de tecnologia Nasdaq, em Nova York, é esperada para dezembro.

# BLACK FRIDAY?

## Você Vende, a Transfolha Entrega!

Entregamos com pontualidade, segurança e cordialidade em mais de 1800 cidades.

Conte com a  
**TRANSFOLHA**  
para o **sucesso**  
**completo**  
do seu  
negócio!

O Seu cliente quer receber no prazo certo, por isso um parceiro como a Transfolha é fundamental para o sucesso das suas vendas online.

Em datas como a Black Friday, a pontualidade é um requisito básico, por isso, ressaltamos que:

nossos prazos de entrega não serão alterados

# BLACK FRIDAY

conquistando um sorriso a cada entrega

## Gasto de Estados e capitais com assistência social cresce 16%

Despesa soma R\$ 6,3 bi de janeiro a agosto e reflete atual crise da covid-19

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

17/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

No agregado das 27 unidades da federação e das 26 capitais, a despesa liquidada com assistência social somou R\$ 6,3 bilhões de janeiro a agosto deste ano, com alta nominal de 16% contra igual período de 2019. Apesar de o gasto ser pequeno em relação ao de áreas como saúde e educação, representantes de Estados e municípios destacam que a demanda por assistência social cresceu em período em que a pandemia afetou a receita própria.

Nas capitais, o diagnóstico é de que a demanda por serviços de assistência não deve retornar aos níveis pré-crise em 2021. No horizonte de curto prazo há preocupação com o impacto do fim do auxílio emergencial e a curva da covid-19. Em Curitiba, o gasto liquidado com assistência social de janeiro a agosto deste ano somou R\$ 125 milhões, com aumento de 38,7% contra igual período de 2019.

Segundo o secretário de Planejamento, Finanças e Orçamento do município, Vitor Puppi, foram duas as principais medidas que puxaram o crescimento. A primeira foi a contratação extraordinária de 200 profissionais para atender aos mais vulneráveis, como moradores de rua. Outra foi a ampliação do cadastro de beneficiados de serviços de assistência social de 119 mil famílias para 144 mil famílias.

Fabiano Vilaruel, presidente da Fundação de Ação Social da prefeitura de Curitiba, diz que a vulnerabilidade provisória provocada pelas medidas de isolamento social ampliou o perfil dos atendidos pelos serviços de assistência, que passaram a incluir pessoas que não estavam antes no Cadastro Único no município. Ele cita profissionais de eventos, artistas, técnicos que trabalham em montagem de palco, som, motoristas de aplicativos ou de táxi. Com a pandemia, diz Vilaruel, a distribuição de cestas básicas, que era em média de 10 mil anuais, foi a 50 mil até outubro. O município também mantém um programa para famílias previamente cadastradas de benefício médio de R\$ 70 mensais para compras de alimentos em minimercados administrados pela prefeitura.

A evolução da demanda por assistência é mais uma das incertezas no curto prazo. “Não sabemos quando a crise chegará ao fim e há preocupação em relação ao impacto que o término do auxílio emergencial terá”, diz Puppi.

Em Belo Horizonte, o diagnóstico é semelhante, segundo Maíra Colares, secretária de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Os serviços emergenciais e provisórios criados durante a pandemia para tratamento e abrigo de vários grupos, como idosos que residem em casas de repouso e moradores de rua devem ser mantidos até o fim do ano, mas a perspectiva é de que a demanda continue até que a situação da covid-19 se defina ou haja uma vacina.

Além da montagem e estruturação de centros de acolhimento, a prefeitura também ampliou no decorrer de 2020 de 130 mil para 230 mil famílias a lista de habilitados para receber cestas básicas. Segundo ela, às famílias habilitadas do cadastro único foram acrescentadas aquelas com crianças matriculadas na rede municipal de ensino, além de pessoas que já estavam em outros cadastros formais da prefeitura. Entre elas, coletores de lixo reciclável, vendedores ambulantes e famílias residentes em comunidades usuárias da saúde pública.



Essas famílias, diz, foram habilitadas quando iniciaram-se as medidas de restrição social. As despesas liquidadas com assistência social do município somaram de janeiro a agosto R\$ 253 milhões, com alta de 40% contra iguais meses de 2019.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Com fome de benefícios? Experimente nossos Combos!

SANTANDER

### LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy S9 SM-G9600 em promoção é no Buscapé

BUSCAPÉ

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

A chave para diminuir a próstata foi descoberto e custa barato.

PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

O relógio que chama atenção aonde chega

GTR BINBOND

### LINK PATROCINADO

Mulher descobre sandália que ajuda contra dores nos pés.

CONFORTPÉ

---

## Conteúdo Publicitário

### VALOR INVESTE

Problema na apuração foi exclusivamente no TSE, e não nos TREs, diz Barroso

### VALOR INVESTE

Cuidado! Saiba como NÃO escolher seus fundos de investimento

### VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios

---

## Mais do Valor **Econômico**



### Bancos esperam crescimento de 11,8% no crédito em 2020, diz Febraban

Levantamento mostra que instituições financeiras estão mais otimistas do que em setembro

17/11/2020 10:28 — Em Finanças

## Grupo da FEA-USP propõe tributar ricos para ampliar benefícios

Trabalho coordenado pela economista Laura Carvalho sugere que recursos poderiam sair de um aumento do IR sobre o estrato de um quinto da população equivalente à mais alta renda

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

17/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Laura Carvalho: "O atual modelo é um teto estatístico, está mais para uma âncora" — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado



A saída de cena em 2021 do auxílio emergencial criado durante a pandemia da covid-19 vai gerar um “colapso” de renda na base da população brasileira, o que deve diminuir o consumo das famílias e retardar recuperação do crescimento. Ao mesmo tempo, as ideias aventadas pelo governo federal, e por ora descartadas, de unificar benefícios sociais em troca de um programa social mais amplo não são as mais efetivas no combate à desigualdade. As opiniões são de Laura Carvalho, doutora em economia pela New School for Social Research e professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

Ao lado dos também professores da FEA-USP Gilberto Tadeu Lima e Fernando Rugitsky, Laura coordena o recém-criado Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), espécie de centro de estudos com foco nos debates sobre desigualdade. “A nossa possibilidade de recuperação já não é das melhores, e a retirada do auxílio retarda o processo. Ainda não resolvemos a origem da crise, que é a pandemia, então é preciso que o Congresso atue para ao menos garantir parte de um programa social”, diz ela.

A primeira nota de trabalho do Made procurou estimar os efeitos da ideia do governo de distribuir dos “pobres aos paupérrimos”, medida defendida como a alternativa para estender o auxílio emergencial em meio as limitações do teto de gastos públicos. Segundo a análise, porém, o efeito de tais alterações seria baixo do ponto de vista de redução da desigualdade. Por isso, o estudo defende aumentar a tributação das camadas mais ricas da população para financiar um programa social mais amplo.

A partir dos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017 e 2018, o estudo chegou a diversas propostas alternativas. Entre elas, está a de um benefício mais abrangente, com transferência de R\$ 125 para todos os brasileiros da metade mais pobre, o que reduziria em 8,9% o índice de Gini, termômetro para captar a desigualdade, ao mesmo tempo em que manteria outras transferências.

A iniciativa seria bancada com o aumento de Imposto de Renda sobre os 20% mais ricos, de forma progressiva. “O aumento máximo da alíquota média [de IR] paga pelo oitavo décimo de renda (80-90) foi de 40%, saindo de 2,03% da renda para 2,85%, a do 1% mais rico triplicou, de 5,04%, segundo a POF, ao máximo de 15,12% de seus rendimentos”, exemplifica o estudo. Com isso, a redução de desigualdade promovida pela política fiscal sairia de 13,2% para 20,9%.

Em comparação, ações na linha do que defende o governo teriam desempenho mais tímido. A substituição do abono salarial, seguro-defeso e salário-família permitiria ampliar em 30% o valor médio do Bolsa Família e ampliá-lo para mais 3 milhões de beneficiários. Mas a queda projetada do índice de Gini seria praticamente nula, de 0,3%.

Em outra simulação, na qual o salário mínimo e os benefícios atrelados a ele deixam de ser corrigidos pela inflação por dois anos, é possível, além de aumentar em 30% o benefício, atingir mais 20 milhões de pessoas. Mas a redução estimada do índice de Gini seguiria baixa, de 0,8%.

A nota esclarece que a proposta de financiar um aumento substantivo das transferências de renda por meio da tributação não é compatível com o atual desenho do teto de gastos. Nesse sentido, Laura defende que se busque outro mecanismo mais flexível e que ainda mantenha no horizonte o controle da dívida pública. “O atual modelo é um teto estatístico, está mais para uma âncora. Sou a favor de um limite para crescimentos dos gastos. O problema é que o desenho do teto é muito peculiar por ser totalmente desvinculado da trajetória de crescimento econômico e da dívida pública em proporção do PIB”, afirma a economista.

Na opinião de Laura, o mais adequado para o Brasil seria a adoção de metas plurianais no campo fiscal. “O ideal seria estabelecer limites para o crescimento de gastos em um período de quatro a cinco anos a partir do que se projeta crescimento econômico, arrecadação de impostos e em linha com um alvo para a dívida em relação ao PIB.”

## Ajuda de R\$ 300 por mais 4 meses teria custo de R\$ 15 bi, diz IFI

Cenário foi traçado com universo de cerca de 26 milhões de pessoas, menos da metade do contingente atual

Por Fabio Graner — De Brasília

17/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Felipe Salto: "Falta mais transparência, dizer qual vai ser o futuro da regra fiscal" — Foto: Dênio Simões/Valor



A manutenção do auxílio emergencial por quatro meses com o valor R\$ 300 no ano que vem e para um universo de cerca de 26 milhões de pessoas (menos da metade do contingente atual) teria um custo fiscal de R\$ 15,3 bilhões. A conta foi apresentada pela Instituição Fiscal Independente (IFI), na divulgação do seu Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), em que revisou as suas principais projeções.

Não se trata de uma proposta de continuidade dessa política, que teoricamente acaba em 31 de dezembro. A IFI busca, na verdade, mostrar qual seria o custo se a opção fosse de pelo menos dar mais recursos aos beneficiários do Bolsa Família e para o contingente que ficou desempregado durante a pandemia. Outros cenários foram simulados para tentar mapear esse “risco fiscal” do próximo ano, diante da indefinição do governo sobre o auxílio.

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, evitou dizer se essa medida deve ou não ser adotada. Mas alertou que é preciso deixar claro de que maneira essa despesa eventualmente será financiada, caso seja adotada. Ele lembrou que o espaço no teto de gastos no ano que vem estará mais apertado, com a despesa discricionária em níveis muito baixos (1,5% do PIB), o que dificulta acomodar novos gastos.

Para o economista, mais importante que a questão de estourar ou não o teto para financiar essa despesa é retirar a incerteza sobre o tema, que tem afetado os prêmios de risco. “Falta mais transparência, dizer qual vai ser o futuro da regra fiscal, do primário, do conjunto da obra”, disse Salto. “Há uma indefinição muito grande.”

O órgão, ligado ao Senado, de forma geral apresentou um cenário econômico menos dramático do que em junho. A expectativa para a atividade econômica, por exemplo, passou de queda de 6,5% para um recuo de 5% neste ano.

“A retomada delineada nos dados da produção industrial, do nível de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação e das vendas do comércio varejista vem ocorrendo de maneira mais intensa do que era esperado pela IFI no cenário-base apresentado em junho”, diz o documento. “A melhora pode ser explicada pelo efeito da flexibilização das medidas de isolamento social, do impulso da reabertura das atividades produtivas e do impacto sobre a demanda das políticas de compensação de renda.”

Para 2021, a estimativa de expansão passou de 2,5% para 2,8%. Na prática significa um ano morno, já que quase toda essa alta será efeito estatístico deste fim de ano, calculado em 2,7 pontos percentuais pelo analista Rafael Bacciotti. “A dúvida quanto à evolução da demanda interna após a retirada dos estímulos fiscais, em um quadro de pronunciada deterioração do mercado de trabalho, pode limitar o ritmo de recuperação da atividade no próximo ano. O mesmo efeito pode advir da piora nas condições financeiras, percebida na elevação do prêmio embutido na curva futura de juros”, diz a IFI.

Para a entidade, o PIB do país deve retornar ao patamar pré-pandemia apenas em 2022. O ponto negativo das projeções foi para o mercado de trabalho. A IFI estima que o desemprego chegará a 16% em 2021, cenário bem pior que o anterior (13,2%). “A recuperação para 2021 é de fato modesta, não é suficiente para recompor o PIB nominal”, acrescentou Salto. “Acho que a conjuntura impõe que a questão fiscal seja sopesada com a questão da recuperação econômica”, disse o diretor da IFI, evitando, contudo, dar sugestões.

Além da economia, a IFI melhorou bastante seu cenário fiscal, ainda que o novo quadro esteja longe de ser tranquilo. Com o PIB melhor e também uma estimativa de ingresso de receitas mais intensa no caixa federal, a expectativa de déficit primário neste ano caiu quase R\$ 100 bilhões, para R\$ 779,8 bilhões. “A principal mudança a explicar a revisão está no ingresso de recursos referentes a impostos diferidos entre abril e junho”, explica a IFI, que projeta receita líquida de R\$ 1,18 trilhão em 2020, ante R\$ 1,09 trilhão na previsão de junho.

Também houve um tom menos negativo com o cenário para o teto de gastos. “Risco de descumprimento do teto em 2021 continua alto, mas cenário melhorou. Para cumprir o teto de gastos em 2021, as despesas discricionárias do Executivo deverão ir a R\$ 112,7 bilhões ou 1,5% do PIB, patamar historicamente baixo para esse conjunto de gastos. Nesse contexto, há muito pouco espaço para novas despesas primárias em 2021, especialmente um novo programa de transferência de renda ou de investimento em infraestrutura”, diz a IFL.

Ela ressaltou a preocupação com o risco de rolagem de dívida pública. Cálculos da entidade apontam que, nesse ambiente, o Tesouro terá que fazer frente a uma necessidade de financiamento de R\$ 112,1 bilhões até abril de 2021.

O número considera que em setembro havia um caixa de R\$ 736,6 bilhões e ainda soma emissões de R\$ 170,5 bilhões feitas em outubro. Por outro lado, contabiliza previsão de déficit de R\$ 305,6 bilhões entre outubro deste ano e abril do ano que vem e vencimentos de dívida de R\$ 713,6 bilhões. “Para fins de comparação, entre novembro de 2018 e abril de 2019 (incluídos os seis meses), foram emitidos R\$ 115,7 bilhões. Já entre novembro de 2019 e abril de 2020, foram emitidos apenas R\$ 40 bilhões”, apontou Salto.

“Isso mostra que, além do problema fiscal, do primário super deficitário, do problema do teto e das regras fiscais e da falta de sinalização, há um problema do lado financeiro. Nós estamos com dívida mais curta, o déficit e os juros pressionam mais essa dívida, e vão exigir do Tesouro provavelmente taxas que o mercado queira exigir para financiar essas necessidades adicionais”, acrescentou.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Nespresso com compre e ganhe, acesse.

NESPRESSO

### LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!

DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Famoso ex jogador do Flamengo revela como secou barriga de cerveja

FITO ONE

### LINK PATROCINADO

Acaba hoje! Ray-Ban com 50% de desconto

ÓCULOS NOW

### LINK PATROCINADO

Fotos constrangedoras de casamentos que farão você chorar de rir!

DESAFIOMUNDIAL

### LINK PATROCINADO

Famoso ex jogador revela como secou barriga de cerveja

FASTIO

---

## Conteúdo Publicitário

### VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios



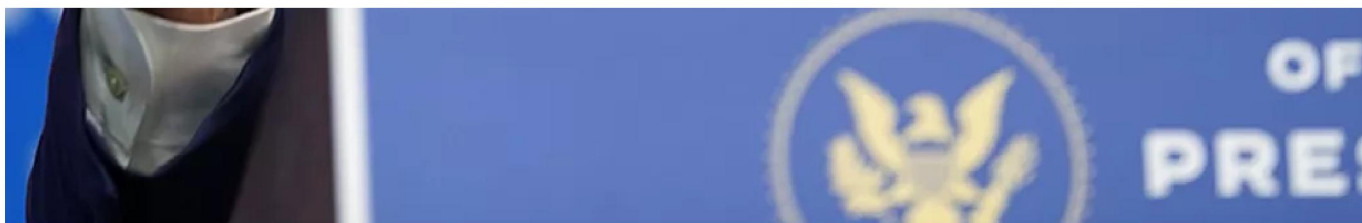
## Biden pede aprovação imediata de estímulo

Biden pediu ainda que Congresso americano aprove novo pacote de estímulos para que a recuperação econômica do país não perca força

Por Ken Thomas e Sabrina Siddiqui — Dow Jones Newswires, de Washington e Wilmington

17/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Biden discursou ontem depois de se reuniu com CEOs de empresas como a GM — Foto: Andrew Harnik/ AP

O presidente eleito dos EUA, Joe Biden, alertou ontem que atrasos na transição presidencial podem prejudicar a resposta do governo à pandemia de covid-19, enquanto ele tenta coordenar medidas conjuntas com líderes empresariais antes da posse, em 20 de janeiro. Ele pediu a aprovação imediata de mais estímulo à economia

Biden, que ontem se reuniu com CEOs de empresas como General Motors e Microsoft, disse que, se sua equipe for forçada pelo governo do presidente Donald Trump a esperar até janeiro para começar a planejar a distribuição de vacinas, a resposta à covid-19 terá um atraso de mais de um mês e meio. “Mais pessoas podem morrer se não coordenarmos”, disse Biden.

A equipe do Biden tem pressionado a Administração de Serviços Gerais (GSA, na sigla em inglês) a emitir documento que permita que assessores do presidente eleito avancem nos preparativos para estabelecer novo governo em janeiro. A GSA ainda não reconheceu oficialmente a vitória eleitoral de Biden sobre o presidente Trump, o que dificulta a transição de poder.

No domingo, depois de insinuar que Biden havia vencido, Trump disse que não admitiria a derrota.

A falta de certificação da GSA também impediu que o conselho consultivo de Biden comece a trabalhar com a força-tarefa da Casa Branca contra a covid-19 ou com Anthony Fauci, maior infectologista dos EUA e parte da força-tarefa.

No domingo os EUA registraram mais de 133 mil novos casos de covid-19 em um dia e recorde de 70 mil hospitalizações.

Ontem ainda Biden pediu ontem que o Congresso aprove novo pacote de estímulos para que a recuperação econômica do país não perca força. “O Congresso precisa se reunir imediatamente para aprovar um pacote de alívio”, disse. “Assim que controlarmos o vírus e entregamos alívio a trabalhadores e empresas, podemos começar a reconstruir [a economia] melhor do que antes.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!

DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Famoso ex jogador do Flamengo revela como secou barriga de cerveja

FITO ONE

### LINK PATROCINADO

Homem descobre clipe anti ronco simples e vira febre no Brasil



## Sem adesão, crédito de R\$ 20 bilhões para Estados fracassa

Relator quer mudar medida prevista no pacote de socorro, mas Ministério da Economia resiste

Por **Fabio Graner** — De Brasília

17/11/2020 05h00 · Atualizado há 3 horas



Mauro Benevides: “Queremos com a securitização que o custo da nova operação seja mais baixo que o custo atual” — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Um dos pontos que geraram maior disputa nas negociações das medidas de socorro aos Estados, a possibilidade de reestruturação de dívidas com mecanismo de securitização até agora não andou. Apesar de aprovada na Lei Complementar 173 sob demanda dos governadores, o Tesouro Nacional não registrou nenhum pedido para dar aval (garantia) para qualquer Estado.

O programa abriu um espaço de R\$ 20 bilhões para que os Estados tomassem crédito para pagar dívidas antigas. Esse financiamento, além da garantia do Tesouro, poderia ser securitizado, ou seja, repassado a uma terceira instituição pelo banco emprestador. Para a operação se concretizar, porém, ela tem que seguir algumas regras, entre elas ter um custo financeiro limitado ao teto que é definido pelo comitê de garantias do Tesouro.

O deputado federal Mauro Benevides (PDT-CE), relator do novo programa de ajuste dos Estados, disse ao **Valor** que deve alterar a lei para viabilizar essa linha de crédito. O projeto estabelece regras permanentes de ajuste e socorro para os Estados, em substituição ao antigo Plano Mansueto, que não andou no Congresso.

“O que queremos com a securitização é que o custo da nova operação seja mais baixo que o custo atual. Por que isso? Porque você vai diluir o risco. Em vez de só um banco carregar a dívida, vários bancos vão poder carregar, por isso é mais barato”, afirmou Benevides.

Segundo ele, a ideia é extinguir a limitação definida pelo Tesouro, permitindo a operação, desde que haja um custo menor na reestruturação. “Se a União me deu aval para tomar R\$ 500 milhões a CDI mais 14%, por que não dará para uma operação a CDI mais 6% ao ano?”, ponderou.

O Tesouro argumenta que define juros bem baixos porque, como se trata de uma linha de menor risco e ainda permite que o banco venda a carteira, não faria sentido deixar os bancos livres para cobrar qualquer taxa. Na tabela mais recente de “custo máximo”, uma operação dessas com prazo de dez anos poderia ter uma taxa de no máximo de CDI mais 2,2 pontos percentuais. Sem a securitização, esse custo máximo seria de CDI mais 2,58 pontos percentuais.

Há uma leitura dentro e fora do governo federal de que os bancos não estão interessados em fazer esse tipo de operação. Uma fonte de um Estado interessado na medida explicou que nesse limite devem estar incluídos outros custos envolvidos na negociação, o que acaba tirando ainda mais a atratividade para as operações.

Outro problema apontado pelos Estados é o prazo curto para se estruturar uma operação. O texto da lei permite que isso ocorra até o fim deste ano. Mas a legislação só foi aprovada no meio do ano e regulamentada em agosto, encurtando o tempo para o processo.

Segundo uma fonte, mesmo com tudo de acordo, uma operação dessa leva cerca de seis meses para ficar pronta. Ao trazer para a regra permanente, Benevides, caso seu texto seja aprovado, também resolverá esse problema.

Fontes apontam que os maiores interessados nesse desenho seriam os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, mas nenhum deles apresentou projeto. São Paulo chegou a fazer sondagens com alguns bancos para a possibilidade de reestruturar cerca de R\$ 600 milhões de uma dívida mais cara, mas as instituições não demonstraram interesse.

Uma das principais lideranças entre os Estados, o governo do Piauí, Wellington Dias (PT), atribui a falta de efetividade da linha à sua regulamentação. “A regra infelizmente prevê que ninguém pode tomar empréstimo (prazo de 30 a 35 anos) para alongar dívidas por taxa superior à que a União utiliza para emitir títulos de curto prazo: 90 dias, seis meses”, disse ao **Valor**.

“O Piauí tomou empréstimos a 14% ao ano, poderia alongar uma dívida, hoje com prazo médio de oito anos, de cerca de R\$ 2 bilhões, para um prazo de 30 anos e taxa de cerca de 9%, menor do que o Estado paga atualmente. E não pode, por causa dessa regra.”



Ele explicou que o pagamento anual de juros e encargos cairia de R\$ 450 milhões para cerca de 250 milhões. “Ganharia só o Piauí cerca de R\$ 200 milhões para investimentos. A lei era para permitir empréstimos no modelo da securitização desde que fosse para alongamento com prazo maior que o atual e juros/encargos menores que o atual.”

A visão do Tesouro é que o custo não pode ficar liberado porque quem vai garantir a operação é a União. Dessa forma, não faria sentido que os encargos ficassem acima do prêmio de risco que o governo federal paga em suas operações, ainda mais com a possibilidade de venda de carteiras.

“Se quiser fazer sem garantia da União, não tem limitação de custo”, lembra uma fonte, explicando que há uma portaria regulamentando essas operações sem garantia federal e com possibilidade de securitização sem as amarras definidas no âmbito da Lei Complementar 173.

Dias informou que o assunto foi levado ao secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. Uma fonte do governo federal acha pouco provável que haja prorrogação de prazo ou mudanças de regras, embora outro interlocutor dos Estados aponte ser possível haver ajustes para viabilizar essa modalidade.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Mulheres que moram em SALVADOR serão as primeiras a saber dessa novidade do mundo fashion!  
BLUORD

### LINK PATROCINADO

Psiiu.. Volte agora e aproveite o desconto no sutiã mais vendido de 2020.  
SUTIÃ SEMPREMAX

### LINK PATROCINADO

Conheça o relógio mais vendido de 2020, com 50% de desconto!  
RELÓGIO CAVENSKY

### LINK PATROCINADO

15 carros que custam ate 5 mil, só anda a pé quem quer  
TG CENTRO AUTOMOTIVO

### LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!  
DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Ainda dá tempo! Óculos de sol importado em 12x no cartão.  
REINO DOS ÓCULOS

---

## Conteúdo Publicitário

### VALOR INVESTE

Problema na apuração foi exclusivamente no TSE, e não nos TRÉs, diz Barroso

### VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios

### VALOR INVESTE

Saída de Maia da presidência da Câmara faz mercado temer CPMF